



# IX PUCMUN E.M



## GUIA DE ESTUDOS



# GUIA DE ESTUDOS

Comitê: Conselho de Segurança das Nações Unidas

Tópico: A Questão da República Democrática do Congo (RDC)



Créditos: TONY KARUMBA/AFP/Getty Images

Fonte: CNN. [Why the world is ignoring Congo war | CNN.](#)

## Autores

AMYTIS ALVES FEITOSA  
ANA BEATRIZ ANDRADE BARROSO  
CAMERON FÁBIO ORRIN  
DEBORA FERNANDES CHABARIBERY  
GABRIEL GONÇALVES DE CARVALHO LEAL  
ISABELLA NOGUEIRA DAVILA

JULIA DE MOURA BALBINO  
LÍVIA SPILBORGHES  
MARIA EDUARDA DE SOUZA LIMA  
MARIA LUIZA CORREA REALI  
MATHEUS ZANDONÁ DEGASPARI  
RAYSSA LAYCIANE DA COSTA DE SOUSA  
SOFIA FERREIRA PANATTA  
SOPHIA VAZ NALLO  
SOPHIA VISNARDI

Edição e Coordenação

PROFA. DRA. ANA PAULA LAGE DE OLIVEIRA

## **Introdução**

O ano de 2025 começou com a escalada da violência na República Democrática do Congo (RDC), um país da África Central considerado um dos mais pobres do mundo e um dos mais populosos do continente. A operação militar de janeiro deste ano, lançada pelo grupo rebelde M23, que há anos vem lutando pelo controle político do país, resultou na expansão do controle territorial do grupo na parte leste do país, tomando a cidade de Goma, no distrito de Kivu do Norte, a maior cidade da região. Como resultado, apenas nos 2 primeiros meses de 2025, a Organização das Nações Unidas (ONU) já apurou mais de 7 mil mortos e 400 mil deslocados.

O país vivencia um conflito com raízes étnicas complexas e resquícios do regime colonial que, na RDC perdurou até 1960. Desde então, a situação econômica degradante, as discordâncias entre grupos étnicos e as lutas políticas só foram se fortalecendo. Desde 1996, com a Primeira Guerra do Congo, o conflito já fez cerca de 6 milhões de mortos.

A intensificação da guerra civil nas últimas duas décadas tem levantado preocupações de uma abrangência para além das fronteiras do país, à medida que países vizinhos, como Ruanda, têm interferido no conflito em apoio a forças rebeldes. Além disso, potências extrarregionais, como Estados Unidos, China, entre outros, possuem interesses direcionados à exploração de minérios estratégicos na RDC, como tântalo, cobalto, coltan, lítio, ouro, diamantes, cobre, estanho e até urânio. Como se não bastasse, exércitos mercenários da

Romênia e o grupo *Africa Corps*, antigo Grupo Wagner, de origem russa, também interferem no conflito, ao lado de forças do governo.

A ONU está presente na RDC por meio de agências humanitárias, desde a independência do país, e da operação de paz MONUSCO, enviada em substituição à MONUC em 2010 (RES 1925). A Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) foi uma missão de paz anterior estabelecida em 1999 (RES 1279) para monitorar o cessar-fogo previsto no Acordo de Lusaca, que finalizou a Segunda Guerra do Congo, e foi repensada como Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) a fim de conseguir incorporar a proteção de civis e a estabilização do país.

A previsão da ONU era de que a MONUSCO encerrasse suas operações ao final de 2024, porém, devido à escalada do conflito, particularmente na região leste do país, o Conselho de Segurança da ONU prorrogou o mandato da MONUSCO até dezembro de 2025, por meio da Resolução 2765 (2024), com prioridade na proteção de civis e no desarmamento de grupos armados.

Além da presença das tropas da ONU por meio da MONUSCO, a ONU também possui outras iniciativas na RDC, por meio de suas agências especializadas, como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), fornecendo assistência humanitária e alimentar, além de coordenar respostas a surtos de doenças, como o ebola e a malária, por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) também atuam fomentando o desenvolvimento e apoiando iniciativas de redução da pobreza.

O tema da situação da República Democrática do Congo (RDC) está presente na agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) de forma ininterrupta desde 2002. É este órgão que decide sobre o envio e manutenção de tropas da MONUSCO, que garante a aplicação de sanções a indivíduos e grupos criminosos no país (RES 1533/2004) e que tem força para pressionar governos a tomarem medidas decisivas em prol da paz. A última resolução do órgão foi a de número 2773, em 21 de fevereiro de 2025, após 3 reuniões sobre esse tema, na qual os membros do CSNU, em unanimidade, apelaram a um cessar-fogo urgente entre as partes e condenaram fortemente a ofensiva em curso e os avanços do M23 em Norte-

Kivu e Sul-Kivu com o apoio das Forças de Defesa de Ruanda (RDF), seu controle da cidade de Goma, a captura do aeroporto e das principais entradas de Goma em e de Bukavu.

Mas, como tentamos mostrar com este guia, o M23 é apenas um dos muitos desafios que a RDC enfrenta, a cumplicidade de países, como Ruanda, com apoio direto a rebeldes, ou mesmo o próprio governo apoiando grupos paramilitares e mercenários só contribui para o aumento das hostilidades e a degradação das vidas dos civis. A falta de implementação de medidas mais fortes pelos países da ONU, devido a interesses econômicos, também complica o caminho para uma resolução próxima. Existem negociações que ocorrem por meio de iniciativas regionais também, como a União Africana e diálogos diplomáticos intermediados por países africanos, como os processos de Luanda e Nairobi, todos reforçados pelo CSNU.

Quais são os próximos passos da ONU para resolver o conflito? Será que os membros do CSNU podem fazer algo para melhorar a condição dos civis envolvidos pelo conflito? Além do que já tem sido feito, quais seriam outras medidas possíveis por meio do órgão? Há como responsabilizar ou negociar com grupos paramilitares? Essas e outras questões serão debatidas pelos representantes dos países membros do CSNU e de países convidados na próxima reunião do Conselho, que ocorrerá nos dias **X e XX** de 2025.

## **1. Conhecendo a RDC**

Figura 1 – Mapa da República Democrática do Congo



FONTE: AFRICAGUIDE, 2024<sup>1</sup>.

A República Democrática do Congo (RDC) é um país localizado na África Central, sendo o segundo maior do continente em extensão territorial, com aproximadamente 2,3 milhões de km<sup>2</sup>, ficando atrás apenas da Argélia. Seu território é marcado por uma grande diversidade de paisagens, incluindo florestas tropicais, savanas, montanhas e um extenso sistema hidrográfico. Ela situa-se na região dos Grandes Lagos Africanos, e sua capital, Kinshasa, está localizada às margens do Rio Congo, a cerca de 515 km de sua foz. Kinshasa é a maior cidade da África Central e atua como o principal centro administrativo, econômico e cultural do país.

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://www.africaguide.com/country/zaire/>>. Acesso em: 228/11/2024.

Devido à sua posição estratégica, a RDC desempenha um papel fundamental na geopolítica da África Central, influenciando tanto a região central quanto o sul do continente. Como evidência, o país faz fronteira com nove nações:

- República do Congo (noroeste),
- República Centro-Africana (norte),
- Sudão do Sul (nordeste),
- Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia (leste),
- Zâmbia (sudeste),
- Angola (sudoeste).

A RDC é extremamente rica em recursos naturais, possuindo grandes depósitos de diamantes industriais, cobalto e cobre. Além disso, abriga uma das maiores reservas florestais da África e detém cerca de metade do potencial hidrelétrico do continente.<sup>2</sup>

O clima da República Democrática do Congo (RDC) é tropical, variando conforme a altitude e latitude. O país é dividido em quatro zonas climáticas principais: equatorial, tropical e subequatorial, atlântica e montanhosa. Essas variações fazem da RDC um país com grande diversidade climática, influenciando sua vegetação, recursos hídricos e atividades econômicas.

Com respeito à demografia do país, A República Democrática do Congo (RDC) possui uma população predominantemente jovem e em rápido crescimento. A taxa de crescimento populacional é de 3,14%, uma das mais altas do mundo. Ademais, de acordo com o Banco Mundial, em 2015, aproximadamente 42% da população congoleza residia em áreas urbanas, totalizando cerca de 30 milhões de pessoas. Este percentual posiciona a RDC como o terceiro país com a maior população urbana na África Subsaariana, atrás apenas da Nigéria e da África do Sul. No entanto, os conflitos civis do final da década de 1990 resultaram no deslocamento populacional intenso.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), durante o período mais crítico do conflito, aproximadamente 4 milhões de pessoas foram deslocadas internamente, buscando refúgio em outras regiões do país. Além disso, centenas de milhares de congolezes buscaram abrigo em países vizinhos, como Uganda, Ruanda e Tanzânia. A

---

<sup>2</sup>Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Republic-of-the-Congo>. Acesso em: 31 out. 2024.

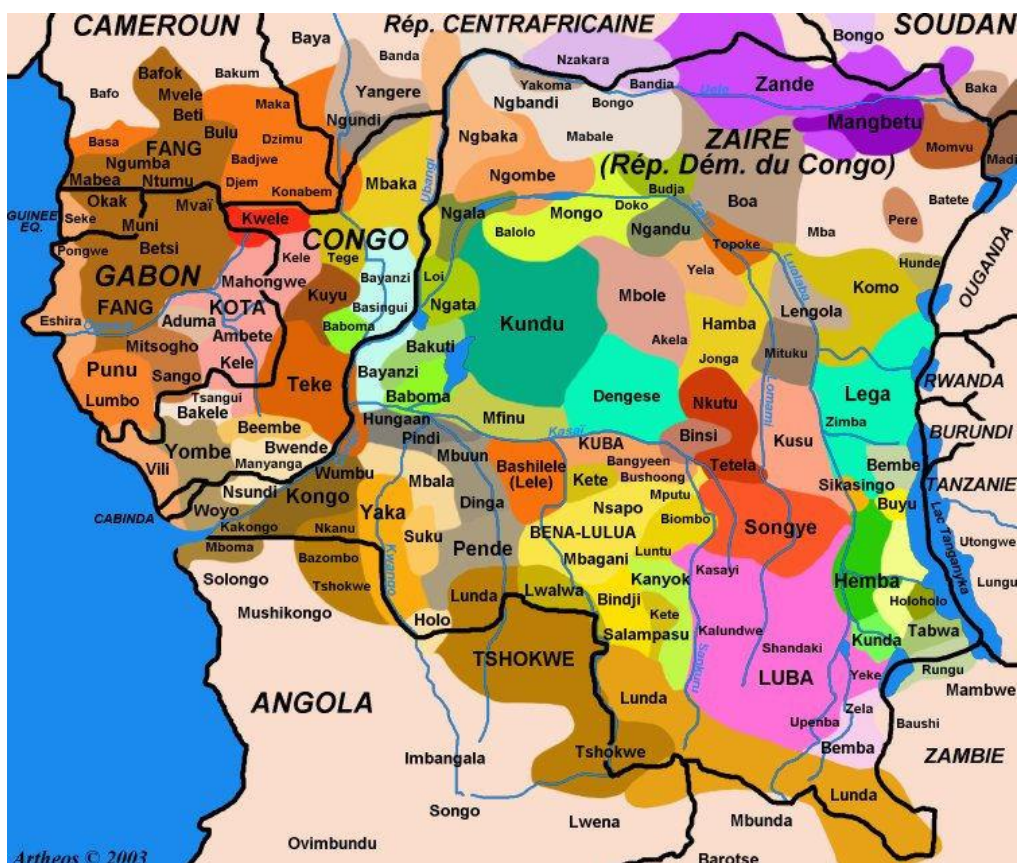
magnitude desses números reflete a gravidade da crise humanitária desencadeada pelos conflitos armados, que resultaram em perdas significativas de vidas e em um dos maiores deslocamentos populacionais da história recente da África.

A República Democrática do Congo (RDC) é caracterizada por diversidade religiosa, mas o cristianismo é a religião predominante, com estimativas indicando que cerca de 95,8% da população se identifica como cristã. Dentro desse grupo, a Igreja Católica é a maior denominação, representando aproximadamente 47,3% da população total. Algumas comunidades ainda seguem crenças tradicionais africanas ou o islamismo, e há minorias hindus e muçulmanas entre os estrangeiros.

Etnicamente, o país é altamente diversificado, com cerca de 250 etnias, refletindo ampla variedade de grupos culturais, linguísticos e históricos presentes no país. Entre os grupos étnicos mais populosos os Bantu, que representam a maioria da população. Outros grupos significativos incluem os Nilóticos e Tschadiens. Cada grupo tem sua própria língua, cultura e tradições, o que contribui para a diversidade interna do país. Para se ter uma ideia, o francês é a língua oficial, mas o país possui mais de 200 idiomas e dialetos nativos. As línguas mais faladas incluem o lingala, o swahili, o tshiluba e o kikongo, que são reconhecidas pelo governo e amplamente utilizadas na comunicação interétnica.

Há uma distribuição territorial dessas etnias: no ocidente, por exemplo, o grupo Kongo predomina; enquanto na região sudeste, o grupo Luba é mais prevalente; no leste, as populações Nilóticas, como os Hutu, Tutsi e Twa, têm uma presença significativa, como mostra a Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Mapa Étnico da República Democrática do Congo



Fonte: Global Security<sup>3</sup>

A economia da República Democrática do Congo (RDC) é amplamente dependente do petróleo, que representa 90% das exportações, 80% das receitas governamentais e aproximadamente 65% do PIB do país. A mineração também é um setor importante, contribuindo para as exportações, seguido pela silvicultura e pela agricultura comercial. No entanto, as indústrias de manufatura, como o processamento de açúcar, cresceram principalmente na década de 1980, mas ainda empregam apenas uma pequena parte da força de trabalho, que é predominantemente rural, envolvida na agricultura e na economia informal urbana.

A crise financeira nos anos 1980, causada pela queda dos preços do petróleo, afetou seriamente a economia do país. Em resposta, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial ajudaram a implementar reformas, como a privatização e a redução da burocracia, mas essas medidas não foram suficientes para reduzir a pobreza generalizada. A RDC permanece um país altamente endividado e, em 1990, o Banco Mundial suspendeu a ajuda

<sup>3</sup> Disponível em: <[DR Congo People](#)>. Acesso em: 15/03/2025.

devido ao conflito civil. No entanto, o FMI aprovou uma assistência emergencial em 2000, e o Banco Mundial retomou suas atividades em 2001.

O Congo faz parte da Cooperação Financeira da África Central e da União Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), que utiliza o Franco CFA. As principais exportações do país incluem petróleo, madeira e produtos derivados, como toras e madeira serrada, enquanto suas importações incluem máquinas, equipamentos de transporte, alimentos e animais vivos. O setor de serviços, que foi um dos mais importantes na década de 1990, diminuiu significativamente devido ao crescimento do setor de petróleo e aos efeitos da instabilidade política. Então, a agricultura segue sendo um setor crucial para o país, empregando mais de um terço da população, embora sua contribuição para o PIB seja pequena (Banco Mundial, 2021; FMI, 2020).

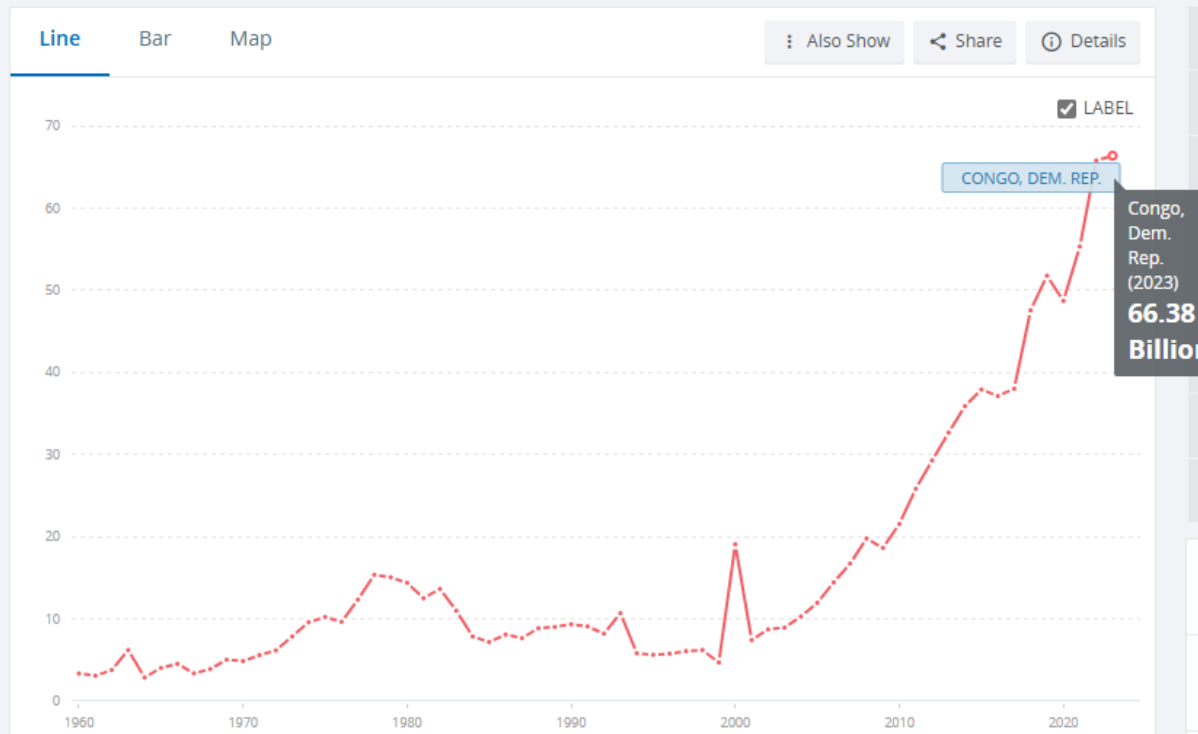
A República Democrática do Congo (RDC) possui um Produto Interno Bruto (PIB) anual que tem apresentado crescimento nos últimos anos. Em 2023, o PIB foi estimado em aproximadamente €61,392 bilhões (cerca de \$66,383 bilhões), com um aumento de 8,6% em relação a 2022. O PIB per capita da RDC é relativamente baixo, refletindo os desafios socioeconômicos enfrentados pelo país. Em 2023, o PIB per capita foi estimado em €580 (aproximadamente \$628).

Figura 3 - Gráfico de Crescimento do PIB da RDC

## GDP (current US\$) - Congo, Dem. Rep.

World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.

License : CC BY-4.0



Fonte: World Bank, 2023<sup>4</sup>.

É importante notar que, apesar do crescimento do PIB, a economia congoleza enfrenta desafios significativos, incluindo infraestrutura limitada, dependência de recursos naturais e a necessidade de diversificação econômica. O crescimento observado do PIB é fruto, principalmente, do crescimento do setor de petróleo e mineração e do aumento das exportações de petróleo.

### Organização Política, Social e Econômica

A República Democrática do Congo enfrenta desafios profundos em sua estrutura política, social e econômica. Politicamente, o país tenta consolidar a democracia após décadas de ditaduras e conflitos (Carayannis, 2008). Socialmente, há extrema desigualdade, com a maior parte da população em vulnerabilidade, enquanto a elite concentra os recursos (Akitoby & Cinyabuguma, 2021). Economicamente, a RDC depende da mineração, o que a torna vulnerável a flutuações do mercado global. Apesar de reformas para atrair investimentos,

<sup>4</sup> Disponível em: <[GDP \(current US\\$\) - Congo, Dem. Rep. | Data](#)>. Acesso em: 10/03/2025.

limitações estruturais ainda impedem o desenvolvimento inclusivo e sustentável (FocusEconomics, 2023; Banco Africano de Desenvolvimento, 2022).

### Estrutura Política

Desde 2005, em um referendo que estabeleceu a moderna constituição da República Democrática do Congo, o país opera em um regime semi-presidencialista, em processo de votação facilitado por órgãos congolezes e com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, este desenvolvimento democrático veio apenas após décadas de guerras, ditaduras cruéis e instabilidade política. (Carayannis, 2008)

Apesar dos recentes esforços, o governo do Congo continua sendo instável, com alegações de corrupção, adoção de medidas autoritárias e preocupações humanitárias por parte de entes domésticos e internacionais.

### Estrutura Social

A estrutura social da RDC também é extremamente instável, visto que é um país de elevada desigualdade, na qual uma porcentagem mínima da população, geralmente associada ao Estado ou a empresas estrangeiras, concentra uma quantidade massiva de recursos quando comparado à maior parte da população. Além disso, problemas como a violência de gênero, a corrupção interna, a constante intervenção de outros países e o intenso deslocamento de pessoas gerado pela crise também fragilizam e trazem urgência para a possibilidade de resolução dos conflitos na RDC. (Howard, 1974)

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano em 2015, entre 188 países avaliados, a República Democrática do Congo foi o 176º, com o valor de 0,435, uma pontuação extremamente baixa que evidencia os diversos problemas humanitários do país, que se estendem de sua educação precária ao seu sistema de saúde quebrado e ineficaz (CountryEconomy, 2015). Além disso, conforme dados do Banco Mundial (2024), aproximadamente 73,5% da população da RDC vive abaixo da linha da pobreza, com menos de US\$2,15 por dia.

### Estrutura Econômica

A estrutura econômica da República Democrática do Congo (RDC) mostra um país com grandes quantias de recursos naturais, especialmente minérios como cobre, cobalto e diamantes. Porém, o país enfrenta grandes desafios estruturais e socioeconômicos. O setor de

mineração, que é a base da economia congoleza, representa uma grande parte do PIB e das receitas de exportação. Todavia, a dependência desse setor para o funcionamento da economia do país torna o Estado vulnerável a flutuações de preços internacionais e à instabilidade política interna (FocusEconomics, 2023).

Além da mineração, setores como agricultura e serviços também compõem a economia congoleza. Porém, com menor impacto econômico. A agricultura envolve grande parte da população do país, mas é predominantemente voltada a subsistência, sofrendo com estruturas inadequadas como redes de transporte deterioradas, dificultando o transporte de produtos entre regiões e para exportação (Akitoby & Cinyabuguma, 2021). Já o setor de serviços inclui o comércio e alguns serviços financeiros, porém, ele é limitado pelo baixo desenvolvimento tecnológico e pela informalidade da maior parte das atividades econômicas.

Historicamente, a RDC implementou políticas de nacionalização, como por exemplo o programa de "Zairianização" na década de 1970, por meio do qual nacionalizou empresas estrangeiras, mas teve impactos negativos também ao enfraquecer a capacidade produtiva e espantar investimentos internacionais (FMI, 2021). Apesar disso, reformas na legislação de investimentos têm sido promovidas para atrair investidores estrangeiros ao setor de mineração e infraestrutura, sendo o Banco Africano de Desenvolvimento uma das instituições de destaque no apoio à melhoria da infraestrutura de transporte e eletricidade que são essenciais para a dinamização da produção agrícola e mineral.

Ainda assim, devido às faltas de políticas regulatórias e devido à dependência da economia global para produtos primários, os avanços se tornam limitados, mantendo a República Democrática do Congo em uma posição vulnerável economicamente. A instabilidade na economia também mostra a necessidade de uma regulação mais estável e previsível para promover um crescimento equilibrado e mais inclusivo, levando em conta a alta desigualdade econômica existente no país (FocusEconomics, 2023; Banco Africano de Desenvolvimento, 2022).

A República Democrática do Congo (RDC) é um país subdesenvolvido e ocupa a quarta posição entre as nações mais pobres da África. A renda média da população é bastante baixa, e a desigualdade socioeconômica tem se acentuado ao longo do tempo, com cerca de 63% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. A economia congoleza enfrenta desafios significativos, incluindo alta corrupção, conflitos internos, instabilidade política e uma infraestrutura deficiente. (CERQUEIRA E FRANCISCO, 2010)

O país dispõe de uma grande riqueza biológica e mineral, abrigando uma das maiores florestas do mundo e diversas reservas minerais que sustentam a economia do país, seu subsolo (da RDC) é rico em recursos minerais, e a atividade mineradora é a principal responsável pelas exportações e pelo setor industrial do país. Sua economia é baseada nas atividades primárias, com destaque para a mineração: diamante, ouro, cobre, petróleo e cobalto, e a produção petrolífera nas plataformas marítimas de Pointe-Noire é responsável por aproximadamente 80% das receitas econômicas do país. Além da mineração, o setor secundário também desempenha um papel importante, com atividades como processamento de alimentos, produção de bebidas, cimento e produtos metálicos.

Em termos de participação no PIB, a indústria representa a maior fatia, com 43,6%, seguida pelo comércio e serviços, que contribuem com 36,7% da economia. A agropecuária, por sua vez, corresponde a 19,7% e inclui a produção de gêneros como mandioca, banana e cana-de-açúcar. (CERQUEIRA; FRANCISCO, 2010)

A principal atividade econômica da República Democrática do Congo está fortemente ligada à sua abundância de recursos minerais, como cobalto, cobre e diamantes, que são altamente valorizados no mercado global. O país busca maximizar a exploração desses recursos e atrair investimentos estrangeiros, especialmente nas áreas de mineração e energia, para impulsionar o crescimento econômico e melhorar a infraestrutura. Além disso, há um esforço para diversificar a economia, desenvolvendo setores como agricultura e serviços, o que ajudaria a reduzir a dependência dos minerais.

## **2. História da RDC**

A República Democrática do Congo (RDC) conquistou sua independência da Bélgica em 1960. Posteriormente, o país foi renomeado para República do Zaire por decisão do governante da época, que acreditava que esse nome refletia de forma mais autêntica a identidade africana. O termo "Zaire" é uma variação linguística que significa "grande rio" em idiomas locais, fazendo referência ao Rio Congo, que percorre uma vasta bacia hidrográfica no território do país.

A RDC passou por momentos turbulentos ao longo de sua ainda recente história. Vamos falar sobre isso a seguir.

### Descolonização e o papel da Bélgica

A Bélgica possuía, ao início do século XX, duas principais colônias na África:

a) a República Democrática do Congo, conhecida então como Estado Livre do Congo e, depois, como Congo Belga, teve seu território sob domínio formal belga a partir de 1908, mas, antes disso, fora uma colônia privada, concedida ao Rei Leopoldo II na Conferência de Berlim de 1885;

b) Ruanda e Burundi - são hoje dois países que eram parte de um só, chamado Ruanda-Urundi, um território cujo controle foi entregue à Bélgica pela Liga das Nações entre 1919 e 1962. Antes disso, esse território tinha sido colônia alemã e, devido à derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, suas posses foram redistribuídas.

Em 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial, a Bélgica foi ocupada pela Alemanha nazista e o governo belga em exílio na Grã-Bretanha continuou a comandar o Congo Belga, que se tornou uma base vital de recursos para os Aliados, particularmente devido aos seus minerais como cobre, urânio e diamantes, direcionados ao esforço de guerra. O urânio do Congo, por exemplo, foi utilizado no desenvolvimento das primeiras bombas atômicas dos Estados Unidos, a partir do Projeto Manhattan. Dessa forma, o Congo apoiou os Aliados com matérias primas e enviou tropas para o esforço de guerra ao norte da África e na Itália.

Devido à guerra, o controle político-administrativo da Bélgica sobre o Congo aumentou. A exploração dos recursos da colônia se intensificou e houve um aumento da industrialização no setor da mineração. Porém, a população local experimentou um aumento da demanda de trabalho e exploração. Essa experiência da guerra alterou as dinâmicas políticas no Congo Belga. Foi nesse momento que a população local começou a pressionar pela independência.

Após a derrota da Alemanha nazista, havia pressões internas e externas em prol da independência. No âmbito externo, primeiro, uma onda de descolonização pelo continente africano, influenciada pela ONU, pelos Estados Unidos e pela Carta do Atlântico, que defendiam a autodeterminação. Segundo, o enfraquecimento do reinado do rei Leopoldo III no governo da Bélgica, por ter cooperado com os nazistas também se intensificou no Congo. Já no âmbito interno, nos anos 1950, surgiram diversos movimentos políticos e sociais que estimulavam o sentimento nacionalista e denunciavam a insatisfação com a colonização belga, bem como as péssimas condições socioeconômicas enfrentadas pela população. Figuras como Patrice Lumumba, Joseph Kasa-Vubu e Antoine Gizenga desempenharam papéis fundamentais nesse período (SEMATUMBA, 2024).

O Movimento Nacional Congolês (MNC), liderado por Patrice Lumumba era o partido nacionalista mais importante e defendia a completa independência e unificação do Congo sob um governo nacional. Outros partidos políticos, como a Aliança de Bakongo (ABAKO), liderado por Joseph Kasa-Vubu, também foram importantes, mas tinham visões diferentes sobre o futuro do país. Em 1960, as intensas pressões pela independência do Congo forçaram o governo belga a conceder.

### Independência e Crise

Após uma conferência entre o governo belga e os principais partidos congolezes, em 30 de junho do mesmo ano a independência foi oficializada na cidade de Leopoldville, atual Kinshasa. O então rei da Bélgica Baudoin estava presente e, em seu discurso, elogiou a Bélgica por seu papel civilizatório e por proporcionar o desenvolvimento do Congo, o que deixou os líderes e a população congoleza furiosos. Em oposição, o discurso de Lumumba denunciou fortemente os excessos do mandato colonial belga e clamou por união e liberdade.

Patrice Lumumba, se tornou o primeiro Primeiro-Ministro da RDC, enquanto Joseph Kasa-Vubu se tornou presidente. Embora Lumumba quisesse um país unido e livre a interferência estrangeira, suas ideias de soberania nacional e independência econômica eram vistas como ameaças às elites políticas e econômicas, tanto doméstica como internacionalmente. Seu governo foi caracterizado pelo desejo de unir o país e implementar reformas nacionalistas, mas enfrentou diversos conflitos internos e externos que instauraram uma instabilidade política imediata à independência na RDC. A situação se intensificou com as divisões étnicas e regionais e com a inexperiência dos novos líderes (SEMATUMBA, 2024).

Os principais desafios à consolidação da soberania do país eram: as tensões étnicas entre diferentes grupos de diferentes regiões, como os Baluba, os Tutsi e os Kongo, que levou à uma fragmentação política; conselheiros militares e oficiais belgas remanescentes no Congo não treinaram profissionais locais para administrar o governo com efetividade e não havia infraestrutura suficiente; a província de Katanga, rica em recursos minerais, declarou sua separação sob a liderança de Moise Tshombe, levando a um conflito civil.

Joseph Kasa-Vubu, outro importante líder da luta pela independência, esteve ao lado de Lumumba nos primeiros meses do novo governo. Contudo, suas visões políticas, muitas vezes, eram divergentes. Enquanto Lumumba adotava uma postura considerada mais radical e socialista, Kasa-Vubu preferia uma postura moderada, buscando manter relações diplomáticas

com o Ocidente. A diferença de posição foi um dos fatores que contribuiu para a ocorrência de tensões políticas no governo (LEMARCHAND, 2013).

Conforme a crise de desenrolava no país nos meses após sua independência, tropas da ONU foram enviadas para ajudar a restaurar a ordem. Mas Lumumba rapidamente foi destituído por Kasa-Vubu em setembro de 1960, o conflito entre sua posição e os interesses ocidentais e belgas, além da acusação de ter simpatias comunistas, foram decisivos para sua queda. Lumumba foi preso e transferido para Katanga, onde eventualmente foi executado, em um evento trágico que acentuou ainda mais o caos político no país. Seu assassinato, em janeiro de 1961, foi conduzido por agentes belgas e da *Central Intelligence Agency* (CIA) (CORDELL et.al.,2024). Para alguns, Lumumba se tornou um mártir da luta contra o imperialismo e a exploração colonial (SEMATUMBA, 2024)

Antoine Gizenga, uma figura proeminente do movimento socialista, também emergiu como um líder influente durante e após a independência. Ele assumiu o cargo de Primeiro-Ministro em um governo paralelo, após a destituição de Lumumba, demonstrando seu papel de destaque na defesa de uma visão socialista e nacionalista para o Congo (LEMARCHAND, 2013).

Apesar de estarem unidos pelo sentimento nacionalista que incentivou a independência, esses líderes adotaram estratégias políticas distintas que dificultaram a gestão do país. A instabilidade do governo abriu espaço para interferências externas, o que marcou um período de intensa turbulência nos primeiros anos de independência da RDC (SEMATUMBA, 2024).

O envolvimento da ex metrópole, após a independência do Congo, motivado pelo receio de que o movimento nacionalista prejudicasse os seus interesses econômicos no país, foi fonte de tensões significativas. A Bélgica, por exemplo, apoiou o movimento separatista da província de Katanga. Além dela, os Estados Unidos também viam na liderança de Lumumba uma ameaça estratégica durante a Guerra Fria (BRITANNICA, 2024).

### Ditadura de Mobutu

Após a morte de Lumumba, Mobutu Sese Seko, oficial militar do Exército congolês durante o período de independência, se alinhou a novas elites políticas e se tornou Chefe do Exército. Rapidamente, Mobutu tornou-se figura central nas lutas político-militares no país,

contando com o apoio do exército, além das potências ocidentais, como os Estados Unidos, devido a sua posição anticomunista, em um período marcado pela Guerra Fria.

Em 1965, Mobutu liderou um novo golpe de Estado contra o presidente Kasa-Vubu, rapidamente tomando o controle de Kinshasa e outras áreas e consolidando-se como líder máximo da RDC. O golpe foi visto como um movimento positivo pelos países ocidentais. Ele implementou um regime autoritário que perduraria por mais de três décadas, denominando o país de Zaire e assegurando que potências estrangeiras, como a Bélgica e os Estados Unidos, manteriam influência sobre os recursos naturais congolezes. O regime de Mobutu foi caracterizado pela corrupção, repressão e má gestão, o que aumentou a desigualdade e a instabilidade política (LEMARCHAND, 2013).

O período ditatorial de Mobutu Sese Seko na República Democrática do Congo durou trinta e dois anos (1965-1997). Foi um governo que se destacou pelo autoritarismo, corrupção e violação dos direitos humanos. O ditador chegou ao poder através de um golpe de Estado (CORDELL et.al., 2024) e se apresentava como uma figura progressista que desejava modernizar o país e fortalecer sua soberania.

Ao longo de seu governo, o líder político estabeleceu uma forte liderança, promovendo um culto à personalidade e um rigoroso controle sobre a oposição. Mobutu instaurou políticas que tinham como objetivo a “autenticidade” e a promoção dos valores tradicionais africanos, ante a rejeição da herança colonial; daí a sua proposta de mudança do nome do país para “Zaire”, implementada em 1971 como parte da criação de uma identidade nacional.

Apesar da política persuasiva, a ditadura ficou conhecida por corrupção e abuso dos direitos humanos, que afetou grande parte da população e a tomada dos recursos do país, degradando a economia da RDC e incorrendo em muitas mortes (CORDELL et.al., 2024). A repressão às manifestações populares foi cruel, com torturas, prisões e execuções de opositores. A resistência política foi aniquilada e houve uma censura aos meios de comunicação. Apesar de a economia ser rica em recursos naturais, enfrentou crises devido à exploração e à falta de gerenciamento (CORDELL et.al., 2024).

#### Primeira Guerra do Congo (1996 a 1997)

Também conhecida como Guerra da África Central, a Primeira Guerra do Congo ocorreu entre 1996 e 1997 e teve como base diversos conflitos e tensões na região. O governo

de Mobutu Sese Seko, que governava a República Democrática do Congo (RDC) desde 1965, estava enfrentando uma profunda crise econômica por volta dos anos 1980, devido ao governo cleptocrático de Mubutu, que acumulou uma imensa riqueza pessoal enquanto a infraestrutura do país deteriorava. Estima-se que o líder roubou bilhões de dólares depositando o dinheiro em contas na Suíça enquanto sua população empobrecia. Seus excessos levaram à inflação, não pagamento de salários aos soldados e trabalhadores e crescente descontentamento.

Ademais, o colapso da União Soviética e fim da Guerra Fria fizeram com que o Congo perdesse a importância estratégica para as potências ocidentais. Estados Unidos, Bélgica e França pararam de apoiar o regime de Mobutu e a ajuda internacional foi cessada. No plano interno, os movimentos de oposição ao regime aumentaram nos anos 1990 e protestos escalaram, levando a enfrentamentos violentos entre a população e as forças de segurança de Mobutu. A situação piorou com o genocídio de Ruanda, em 1994, que forçou mais de um milhão de refugiados, inclusive membros do grupo Hutu, a migrarem para o Zaire, inclusive milícias extremistas que atacaram Ruanda a partir do Zaire, o que aumentou ainda mais as tensões étnicas no país (CORDELL et.al., 2024).

O conflito iniciou-se em outubro de 1996, quando uma coalizão de rebeldes liderada por Laurent-Désiré Kabila lançou uma ofensiva contra o governo de Mobutu. Com o apoio de países vizinhos, como Uganda e Ruanda, os rebeldes avançaram de forma rápida, tendo alcançado a capital, Kinshasa, o que culminou na queda do regime de Mobutu. Este se refugiou no Marrocos, mas morreu pouco tempo depois em razão de doença. A deposição de Mobutu foi considerada uma vitória por Kabila e seu movimento rebelde, chamado Aliança das Forças Democráticas para Libertação do Congo (AFDL), que prometeu reformas e estabilidade (CORDELL et.al., 2024) e rebatizou o país como República Democrática do Congo.

Inicialmente, Kabila era visto como um libertador do Congo, após décadas da ditadura corrupta de Mobutu, mas logo sua liderança também se tornou autoritária e ele teve dificuldades de manter controle do país. As promessas de Kabila não foram cumpridas e a administração enfrentou diversos problemas, como o descontentamento interno e a necessidade de lidar com os diversos grupos armados que atuavam no país.

Os países vizinhos, Ruanda e Uganda, que haviam apoiado a rebelião de Kabila contra Mobutu, tinham expectativas de influência durante seu governo, porém Kabila se distanciou de seus aliados, principalmente de Ruanda. Muitas tropas ruandaneses e ugandenses haviam

permanecido na DRC após a Primeira Guerra do Congo, mas, em 1998, Kabila os via como forças de ocupação e não mais como aliados. Assim, em julho deste ano, Kabila ordenou que todos os militares daqueles países saíssem da RDC, uma decisão que desagradou ambos os países e lançou as bases para a Segunda Guerra do Congo (1998-2003). Este seria um conflito ainda mais violento que envolveu diversos países da região (Ruanda, Uganda, Angola, Zâmbia e Burundi) e grupos armados, como RCD, MLC e FARDC (CORDELL et.al., 2024).

As consequências da primeira guerra no país foram devastadoras, com milhares de mortos, tanto diretos quanto indiretos, devido à violência e à crise humanitária que se seguiu. A Primeira Guerra do Congo teve um impacto duradouro na região, aumentando as tensões étnicas e políticas que persistem até os dias atuais (CORDELL et.al., 2024).

### Segunda Guerra do Congo (1998 a 2003)

A Segunda Guerra do Congo, também denominada Guerra Mundial da África, é considerada uma das mais prejudiciais da história recente, com estimativas de 3 a 5 milhões de mortes, tanto por causa de confrontos diretos quanto por consequências indiretas, como doenças e fome. As tensões que surgiram após a Primeira Guerra do Congo e a insatisfação com o governo de Laurent-Désiré Kabila, que assumiu o poder após a queda de Mobutu, foram fatores determinantes para a eclosão do conflito (SEMATUMBA, 2024).

Um ano após sua ascensão ao poder, Kabila enfrentava crescente insatisfação da população, com aumento das tensões étnicas e grupos armados não controlados pelo governo. Ademais, após serem expulsos do Congo, Ruanda e Uganda apoiaram nova rebelião para depor Kabila. O enfraquecimento do governo central e sua instabilidade enfrentavam ainda o interesse regional pela vasta riqueza mineral do Congo e a disposição de luta dos países vizinhos para explorá-la.

Em agosto de 1998, o movimento rebelde Reagrupamento Congolês para a Democracia (*Rally for Congolese Democracy*, sigla RCD), apoiados por Ruanda e Uganda, lançaram uma ofensiva a partir do leste do Congo. Outro grupo rebelde, o Movimento para Libertação do Congo (Movement for the Liberation of Congo ou MLC), liderado por Jean-Pierre Bemba, também emergiu, apoiado por Uganda. O conflito se tornou rapidamente uma disputa regional, envolvendo países como Angola, Zimbábue e Namíbia, que optaram por apoiar Kabila, enviando-lhe tropas, assim como Sudão, Chade e Líbia também enviaram apoio ao governo. Logo o conflito se tornou continental. As batalhas se espalharam pelo país, resultando numa

complexa rede de alianças e rivalidades étnicas, o que aumentou a violência e a instabilidade (SEMATUMBA, 2024).

Os rebeldes logo tomaram a capital Kinshasa e indicava um possível colapso do governo. Conforme a guerra se estendia, o governo de Kabila se tornava mais autoritário e impopular. Ele dependia cada vez mais do nepotismo, favores políticos e repressão para manter o poder. Até que, em 2001, um de seus guarda-costas o assassinou em seu palácio. Seu filho, Joseph Kabila logo se instalou como novo presidente do país, iniciando esforços para uma pacificação. Em 2002, um acordo de paz foi assinado entre Ruanda, Uganda e a RDC, levando à retirada das tropas estrangeiras do país e, no ano seguinte, um governo de transição foi formado, com a diminuição das tensões.

Apesar do fim oficial da guerra, a violência permaneceu no leste do país, com grupos armados ativos em regiões como Kivu do Norte e Ituri, perpetuando conflitos ocasionais (SEMATUMBA, 2024). Além das elevadas taxas de mortalidade (mais de 5 milhões de mortos são estimados), a economia da República Democrática do Congo sofreu um colapso e a infraestrutura foi severamente danificada neste período. A instabilidade gerou condições para a exploração predatória dos recursos naturais (neoextrativismo) do país, alimentando novos ciclos de conflitos.

A Segunda Guerra do Congo teve um impacto profundo e duradouro não apenas na RDC, mas também em toda a África Central. As questões étnicas, políticas e econômicas que surgiram durante este período ainda são relevantes, e a luta pelo controle dos imensos recursos naturais do país ainda é uma fonte de tensão e conflito (SEMATUMBA, 2024).

#### Período pós-guerras e a presidência de Joseph Kabila (2001 a 2019)

O período pós-guerra na República Democrática do Congo (RDC) foi caracterizado por uma série de desafios significativos e uma frágil estabilidade. Após o fim oficial da Segunda Guerra do Congo, em 2003, o país enfrentou uma transição política que incluiu eleições presidenciais em 2006, as primeiras em mais de quatro décadas. Joseph Kabila foi eleito democraticamente com 58% dos votos, derrotando Jean-Pierre Bemba, ex-líder rebelde. Mas as eleições ocorreram em meio a violência, particularmente em Kinshasa, com o enfrentamento dos apoiadores de ambas as partes. Após a vitória, Kabila prometeu reconstruir o país, melhorar infraestrutura e fortalecer a economia.

Entretanto, a situação da RDC permaneceu instável, com diversos grupos rebeldes que tinham se recusado a desarmarem-se controlando partes do território, apesar dos acordos de paz. Uma série de rebeliões ocorreu entre 2007 e 2013, dentre as quais as principais foram: entre 2007 e 2009, Laurent Nkunda e o grupo Congresso Nacional para a Defesa do Povo (National Congress for the Defence of the People, CNDP), com apoio de Ruanda, tomou partes do leste do Congo a partir da província de Kivu do Norte; entre 2012 e 2013, a rebelião do M23, grupo formado por ex combatentes do CNDP e por tutsis étnicos lançou nova ofensiva, tomando a cidade de Goma, a maior do leste do país, antes de ser derrotado pelo exército congolês e pelas forças da ONU; permanente atividade das milícias, como os grupos Forças Democráticas Aliadas (ADF), milícias Mayi-Mayi<sup>5</sup> e as Forças Democráticas para Libertação de Ruanda (FDLR) continuaram atacando civis.

Devido à dificuldade do governo de Kabila em manter controle dessas zonas de conflito, seu governo foi criticado por falhar em proteger a população civil. Dessa forma, embora Kabila tenha vencido novamente as eleições que ocorreram em 2011, sua oposição cresceu e sua aprovação foi de 49% dos votos. O candidato de oposição vencido por Kabila foi Étienne Tshisekedi. Porém, houve alegações de fraude, obstáculos aos votantes e manipulação de votos, levando a manifestações populares. Embora os Estados Unidos, a União Europeia e grupos de direitos humanos tenham criticado o processo eleitoral, eles reconheceram a presidência de Joseph Kabila.

Devido às suas riquezas minerais já mencionadas, houve durante o governo de Joseph Kabila um *boom* das exportações, mas grande parte dos lucros saía do país, por meio das empresas estrangeiras e da elite política. A corrupção intensa do governo desviou bilhões de dólares dos acordos de mineração. Em 2008, Kabila assinou acordos de infraestrutura com a

---

<sup>5</sup> Essas milícias são diversas e todas de base comunitária ativa, formadas principalmente na região de fronteira com Ruanda e nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul e voltadas a defender seus territórios locais contra outros grupos armados. A maioria delas foi formada para resistir à invasão de forças ruandesas e grupos rebeldes congolezes afiliados a Ruanda, mas alguns se formaram para explorar a guerra em proveito próprio, saqueando, roubando gado ou fazendo banditismo. Grupos que se enquadram no termo "Mai-Mai" incluem grupos armados liderados por senhores da guerra, anciãos tribais tradicionais, chefes de aldeias e combatentes de resistência politicamente motivados. Por não possuírem forte coesão interna, diferentes grupos Mai-Mai se aliaram a uma variedade de governos e grupos guerrilheiros nacionais e estrangeiros em diferentes momentos da história da RDC. Um dos principais problemas dessas milícias é que grande parte dos combatentes são crianças-soldado. Esses e outros dados sobre esse tipo de milícia e outros grupos armados na RDC podem ser encontrados no documento S/2002/341 do Conselho de Segurança da ONU, disponibilizado pela rede ReliefWeb em: <[First assessment of the armed groups operating in DR Congo \(S/2002/341\) | ReliefWeb](#)>. Acesso em: 10/03/2025.

China, trocando minerais por estradas, hospitais e escolas e muitos desses projetos foram mal gerenciados. Portanto, as promessas de crescimento econômico não chegaram à população que, em sua maioria, permaneceram na pobreza, com péssimas condições de saúde, cortes de eletricidade e falta de educação de qualidade.

Toda essa situação se intensificou com o fato de Kabila não ter se afastado do poder em dezembro de 2016, quando seu mandato terminou. Sua recusa em conduzir eleições motivou protestos por todo o país e enfrentamentos violentos, com muitas mortes de civis. Estados Unidos, União Europeia e União Africana intensificaram a pressão internacional, demandando o afastamento de Kabila, até que novas eleições ocorreram ao final do ano de 2018.

O embate entre o escolhido de Kabila, Emmanuel Shadary, e seu opositor, Félix Tshisekedi foi vencido por este último. Embora a transferência de poder tenha ocorrido pacificamente, em janeiro de 2019, todo o processo eleitoral foi marcado por irregularidades e controvérsias na contagem oficial dos votos. Mesmo assim, Kabila continuou presente no cenário político da DRC, controlando o Parlamento e mantendo sua influência no governo.

#### Governo Félix Tshisekedi (2019 ao presente)

As eleições de 2018 marcaram a primeira transferência de poder pacífica na RDC desde sua independência. Mas Tshisekedi enfrenta diversos desafios advindos dos conflitos persistentes, do cenário econômico e da necessidade de reformas políticas. De forma mais intensa, o ressurgimento do M23 a partir de 2022, tomando territórios importantes em meados de 2023, deslocou milhares de civis e a acusação do governo da RDC de que Ruanda estava apoiando o grupo rebelde também elevou as tensões entre ambos os países.

O atual conflito tem resultado em severas crises humanitárias e o envolvimento de outras forças regionais, como da África do Sul, Tanzânia e Malawi, em apoio ao governo da RDC tem sido necessário para apaziguar as regiões do leste do país. Mas estes países já indicaram que deverão retirar suas tropas devido às mortes e diversos desafios enfrentados pelas missões.

Ademais, a administração de Tshisekedi tem sido criticada por abafar a mídia e a oposição, particularmente por ocasião das eleições de 2023, que garantiram sua reeleição. Há também uma deterioração da situação dos direitos humanos e da liberdade de expressão no país, bem como esforços muitos lentos de reforma do judiciário, que indicam questões de

corrupção persistente e impunidade que prejudicam o processo. A extrema pobreza, associada à falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, são desafios também persistentes. Além disso, epidemias de doenças, como o Ebola e a COVID-19, aumentam a vulnerabilidade da população, o que torna a situação ainda mais crítica.

A persistência do empobrecimento, devido a continuidade do conflito, da instabilidade política e de governança frágil, se contrasta com a abundância dos recursos naturais do país. As preocupações relativas à segurança, além da dificuldade de financiamento, também atrasam o progresso do desenvolvimento de infraestrutura no país. Com relação aos esforços para a paz e a diplomacia, o governo concordou em participar nos diálogos liderados por Angola com os rebeldes do M23. Nota-se que a União Africana tem atuado com destaque nos esforços diplomáticos e em alinhamento com a ONU.

Em suma, a RDC, rica em recursos naturais, tem um grande potencial de crescimento econômico. Contudo, problemas políticos, sociais e de segurança impedem o progresso. A construção de uma paz duradoura e a promoção da estabilidade requerem um esforço contínuo por parte do governo e da comunidade internacional. A situação atual da RDC é uma consequência da complexidade de sua história e de sua descolonização, bem como das constantes batalhas pela paz, segurança e desenvolvimento.

### **3. Principais Atores e Interesses na RDC**

O conflito presente na República Democrática do Congo é conhecido pela sua complexidade, o que influencia na enorme dificuldade de encerrá-lo e de manter a região em clima de tranquilidade. A complexidade aferida a esse conflito se deve ao fato de a região estar permeada por inúmeros grupos rebeldes, além da repressão, muitas vezes extremamente violenta, do governo por meio do exército a estes grupos. Como se não bastasse, a interferência internacional também torna mais complexa a situação do país. Vamos tentar compreender melhor essas forças que atuam na RDC.

Existem inúmeros atores presentes na República Democrática do Congo, tanto estatais quanto não estatais. Alguns atuando em prol da pacificação, outros intensificando conflitos.

A começar pelos Estados, é possível observar aqueles que estão engajados em diálogos pela paz:

**Angola:** responsável por mediar o Processo de Luanda, negociação que foca na melhoria das relações entre a RDC e Ruanda. Em julho de 2022, os três países assinaram o documento chamado “Luanda roadmap for peace in eastern DRC” (Roteiro para Paz no Leste da RDC) e, em julho de 2024, Ruanda e RDC assinaram um cessar-fogo novamente mediado por Angola.

**Quênia:** sua capital é sede do Processo de Nairobi, uma negociação de paz entre o governo da RDC e grupos armados atuantes no território congolês; esse diálogo é mediado pela Comunidade da África Oriental (*East African Community*, sigla EAC), uma organização regional que engloba, além do Quênia, RDC, Burundi, Ruanda, Somália, Sudão do Sul, Uganda e Tanzânia.

Há também engajamento de organizações internacionais em prol da paz:

**EAC-SADC:** os países membros da Comunidade da África Oriental e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês), duas organizações intergovernamentais regionais, realizaram uma cúpula conjunta em fevereiro de 2025 sobre a situação da RDC e defenderam a combinação entre os processos de paz de Nairobi e Luanda<sup>6</sup>.

**Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community*):** enviou uma missão ao leste do Congo em dezembro de 2023 para auxiliar o exército oficial da RDC na luta contra os rebeldes; os soldados eram do Malawi, da África do Sul e da Tanzânia.

**Organização das Nações Unidas:** presente principalmente por meio da MONUSCO, que é a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo desde 2010, substituindo a antiga MONUC (que tinha autorização apenas para monitorar a implementação do Acordo de Lusaka, de 1999), a missão foi mais de 10 mil soldados e está autorizada a usar todos os meios necessários para cumprir seu mandato relacionado à proteção de civis, pessoal humanitário e defensores dos direitos humanos, entre outras atividades, sob ameaça iminente de violência física e a apoiar o Governo da RDC em seus esforços de estabilização e consolidação da paz<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Documento da Cúpula disponível em: <[Communique of the Joint EAC-SADC Summit.pdf](#)>. Acesso em: 06/03/2025.

<sup>7</sup> Mais informações sobre a MONUSCO, ver: <[MONUSCO | United Nations Peacekeeping](#)>. Acesso em: 05/03/2025.

Parte dos atores que operam em solo congolês são atores não estatais estrangeiros<sup>8</sup>, grupos armados que atuam principalmente no leste do país, mas são sediados em países vizinhos:

**Forças Democráticas para Libertação de Ruanda (FDLR):** é o maior grupo armado estrangeiro ilegal operante na RDC. Existe crescente quantidade de congoleses lutando nele, mas o grupo é formado principalmente de membros do governo e exército ruandense deposto em 1994, bem como de refugiados ruandenses. Seu objetivo público é utilizar de pressão militar para abrir um diálogo interruandense com o atual governo de Ruanda, mas seus objetivos implícitos indicam a deposição do governo de Ruanda. Esse grupo atua na província de Katanga e no leste do Congo. Estima-se que haja cerca de 2 mil combatentes.

**Forças Democráticas Aliadas (ADF):** é um grupo rebelde ugandense com base nas montanhas Rwenzori no leste do Congo. A maioria de seus membros é de islâmicos que desejam estabelecer a lei da Sharia em Uganda. A ADF se formou por volta de 1998 a partir da fusão entre vários setores descontentes da sociedade ugandense que se sentia alienada do governo do país após a deposição de Idi Amin. O financiamento do grupo vem do exterior e as fontes são desconhecidas. Elas possuem cerca de 500 combatentes, mas há alto nível de segredo na organização e uma estrutura compartimentalizada que dificulta estimar sua força. Desde 2001, o governo de Uganda oferece anistia e reinserção a todos os membros das ADF. Considerado grupo terrorista por Uganda e pelos Estados Unidos.

**Exército de Resistência do Senhor (LRA):** grupo rebelde de Uganda com base nas áreas fronteiriças do norte do Congo e no sudeste da República Centro-Africana, foi criado em 1997 por remanescentes do movimento rebelde espiritual Alice Lakwena e remanescentes do exército de Uganda deposto por Yuweri Museveni. O grupo era formado predominantemente de indivíduos da tribo Acholi. Entre 1994 e 2004, o grupo esteve baseado no Sudão do Sul, mas moveu sua base para a RDC em 2005, permanecendo relativamente inoperante até uma violenta campanha de expansão a partir de 2008. O LRA é composto por combatentes ugandenses radicais, bem como recrutas sequestrados à força na RDC, Sudão do Sul e República Centro-Africana.

**Forças Nacionais de Libertação (FNL):** grupo rebelde de Burundi formado originalmente em 1985 como braço militar de um grupo rebelde hutu chamado PALIPEHUTU. Tanto o PALIPEHUTU como a FNL assinaram um acordo de paz em setembro de 2006 e se tornaram

---

<sup>8</sup> As informações sobre esses grupos são fornecidas pela MONUSCO, disponível em: <[The Foreign Armed Groups | MONUSCO](#)>. Acesso em: 03/03/2025.

apenas FNL. Parte dos membros desse grupo se integraram ao exército nacional do Burundi, mas após as eleições de 2010 o restante retornou às atividades rebeldes. Posteriormente começaram a se infiltrar nas planícies de Ruzizi e no Lago Tanganyika e cruzaram para a província congoleza de Kivu do Sul, onde criaram bases para lutar contra as forças armadas de Burundi. Esse grupo parece ter alianças com a milícia Mai Mai Yakutumba e com a FDLR no Kivu do Sul.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Programa de Desarmamento, Desmobilização, Recuperação e Estabilização (P-DDRCS)<sup>9</sup>, em 2023, foram contabilizados 250 grupos armados locais e 14 grupos armados estrangeiros envolvidos em conflitos no território da República Democrática do Congo<sup>10</sup>. Dentre os grupos podemos citar como os mais relevantes

- Reagrupamento Congolense para a Democracia (RCD)
  - RCD-Goma (estabelecimento em Goma da RCD)
  - RCD-ML (Reagrupamento Congolense para a Democracia- Movimento de Libertação)
- Movimento 23 de Março (M23)
- Mai Mai
- União dos Patriotas Congolenses
- Movimento Nacional Congolense
- Movimento para a Libertação do Congo (MLC)
- Wazalendo
- Cooperativa para o Desenvolvimento do Congo (CODECO)
- Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire (AFDL)

Agora vamos focar nos principais grupos não estatais nacionais mencionados acima:

**Movimento 23 de Março (M23):** é o mais proeminente dos grupos armados da RDC. Constituído principalmente por pessoas de etnia tutsi, afirma estar a lutar para defender os tutsis congolezes da discriminação e de grupos extremistas como as Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR), uma milícia rebelde de etnia hutu. O grupo ressurgiu em finais

---

<sup>9</sup> Este programa foi implementado na RDC pela MONUSCO a partir de 2021.

<sup>10</sup> Disponível em: <[Quem é quem no conflito na RDC – DW – 22/02/2024](#)>. Acesso em: 15/03/2025.

de 2021 e foi se tornando cada vez mais parecido com um exército convencional ao invés de um grupo armado; seu poder de fogo e equipamentos são sofisticados.

**Mai Mai (ou Mayi Mayi):** não são considerados um grupo armado nos termos do Acordo de Lusaka. Seus membros são combatentes comunitários que se reúnem para defender seu território local, incluindo, como neste caso, de invasores estrangeiros e seus aliados. O termo inclui senhores de guerra, chefes tradicionais, chefes de aldeias e grupos de resistência. A capacidade militar e a orientação política desses grupos variam consideravelmente e podem mudar rapidamente. Uma alta proporção da milícia Mayi-Mayi é relatada como sendo crianças-soldados. Os Mayi-Mayi são conhecidos por mudar alianças para atingir seus interesses. Isso às vezes levou a diferenças e conflitos internos e ajuda a explicar por que não há um padrão aparente nas alianças Mayi-Mayi com grupos externos. Alguns grupos Mayi-Mayi se aliaram ao Governo da República Democrática do Congo, outros ao Governo de Ruanda. Facções colaboraram com diferentes grupos rebeldes, bem como com grupos armados estrangeiros<sup>11</sup>.

**Cooperativa para o Desenvolvimento do Congo (CODECO):** (em francês: *Coopérative pour le développement du Congo*, **CODECO**) é uma facção armada da RDC ativa no conflito de Ituri. É formada pela comunidade lendu (um dos grupos étnicos da região) e esteve envolvida no massacre de Plaine Savo em 2 de fevereiro de 2022. O grupo já foi uma cooperativa agrícola pacífica, antes de se transformar em um movimento rebelde armado. O movimento foi reorganizado várias vezes sob diferentes líderes, tornando-se mais desregrado e menos coeso com o passar do tempo. Várias das milícias que reivindicam afiliação à CODECO são acusadas de massacres e crimes de guerra e, em 2020, declararam cessar-fogo unilateral.

As milícias foram legalizadas na República Democrática do Congo por meio de um decreto governamental no ano de 2023, o que impulsionou a criação da Wazalendo (“patriotas”), que é uma liga de grupos armados para autodefesa, que conta com apoio militar e financeiro entre os grupos aliados, tendo como objetivo combater o grupo M23.

A esses grupos armados, se unem os grupos mercenários<sup>12</sup>, oficialmente chamadas empresas militares privadas, que também são atores não estatais. Alguns deles são:

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[First assessment of the armed groups operating in DR Congo \(S/2002/341\) | ReliefWeb](#)>. Acesso em: 01/03/2025.

<sup>12</sup> Disponível em: <[Quem é quem no conflito na RDC – DW – 22/02/2024](#)>. Acesso em: 15/03/2025.

**Agemira:** registrada na Bulgária, é dirigida por um cidadão francês e integra militares franceses reformados; contratada para a manutenção de aviões do Exército congolês.

**Congo Protection:** é gerida por um antigo membro romeno da Legião Estrangeira Francesa e emprega maioritariamente antigos soldados do leste europeu. Embora a *Congo Protection* tenha sido contratada para treinar unidades das Forças Armadas congolêsas, os seus efetivos também ocuparam postos de defesa juntamente com recrutas do Exército, quando este foi atacado pelos rebeldes

Por fim, as forças armadas oficiais da RDC são denominadas FARDC é a sigla para Forces Armées de la République Démocratique du Congo, que em português significa Forças Armadas da República Democrática do Congo. É a organização do Estado responsável por defender a República Democrática do Congo.

#### Intervenção de Potências Extrarregionais

Nota-se que a presença de interesses de países de fora da África e a pressão que podem fazer influencia a situação na RDC, como foi no caso da Primeira e Segunda Guerra do Congo e nos governos ditatoriais de Mobutu e Laurent Kabila. A escalada do conflito na RDC evidencia a importância da pressão internacional sobre Ruanda, para que cesse o apoio ao M23. Mas, enquanto atores como a União Europeia e os Estados Unidos condenaram fortemente Ruanda, a retórica não se materializou em medidas eficazes. Até agora, a Alemanha suspendeu as negociações de ajuda com Ruanda e o Reino Unido ameaçou cortar a ajuda. Fora isso, não houve nenhuma ação significativa.

Dada a atual política “*America First*” do presidente dos EUA, Donald Trump, os olhos estão voltados para a União Europeia tomar medidas mais precisas diante da situação. No entanto, diferenças internas estão dificultando isso até agora. A Bélgica tem pressionado por sanções, enquanto a França tem assumido a liderança no bloqueio delas devido a interesses econômicos: as tropas de manutenção da paz ruandesas são essenciais em Moçambique, onde um grande projeto de gás da TotalEnergies – no valor de US\$ 20 bilhões – está suspenso devido a uma insurgência em andamento.

Deve-se considerar aqui a importância estratégica da RDC em termos de competição entre as grandes potências, por causa de seus vastos recursos naturais, sua localização no

continente africano e na região dos Grandes Lagos. Essas grandes potências possuem interesses significativos que tem a capacidade de influenciar o rumo dos conflitos no Congo. No caso dos Estados Unidos, a RDC tem importância na sua contenção da influência russa e chinesa no continente africano, além da dependência do cobalto e do coltan para as indústrias de tecnologia (semicondutores e baterias automotivas). Na retórica, o governo estadunidense apoia as iniciativas em prol da estabilidade e do combate ao terrorismo.

Já a presença da China na RDC tem ocorrido pelo menos desde o início dos anos 2000, predominantemente no controle do setor de mineração de minerais críticos, como o cobalto e o cobre. Algumas das empresas chinesas nesse setor que atuam na RDC são: China Molybdenum Co. (CMOC), Zijin Mining Group e China Railway Group & Sinohydro. Ademais, companhias chinesas, por meio da Iniciativa da Nova Rota da Seda, desenvolveram projetos de infraestrutura no país, como rodovias, ferrovias e hidrelétricas. No caso da Rússia, sua marca no setor de segurança pode ser atestada por meio de venda de armas, cooperação militar e presença de empresas privadas de segurança, como o já mencionado Grupo Wagner. O país também tem interesse em garantir acesso aos minerais estratégicos, principalmente o urânio.

#### **4. Graves Violações dos Direitos Humanos e Necessidade de Proteção aos Civis na RDC**

##### Crianças-Soldado

A prática de recrutar e utilizar crianças como soldados na RDC se tornou corrente a partir de 1996. Naquela época, o movimento rebelde liderado por Laurent Kabila “iniciou o treinamento militar de milhares de crianças, inaugurando uma prática que se disseminou entre todos os grupos armados atuantes no país” (CUNHA, 2024, p.26) Joseph Kabila, assumindo a presidência, manteve o hábito do pai. Começando assim “oficialmente” o uso massivo de crianças em conflitos armados. O recrutamento forçado das crianças se tornou comum já que com o passar do tempo não havia “voluntários”; esses tais que se voluntariaram recebiam falsas promessas de ganhar dinheiro e proteção, mas nada do que era prometido se cumpria (UNHCR, 2001).

Crianças poderiam ser raptadas qualquer lugar e se não fossem por vontade própria eram forçadas, outras eram atraídas por promessas de pagamento falsas. Constantemente soldados da faziam incursões noturnas e iam nas casas, nas ruas, e até nas escolas para

sequestrar meninos para servirem de soldados. Essas crianças eram levadas para o treinamento militar num campo de treinamento onde primeiro recebiam treinamento físico básico, depois eram ensinadas sobre armas e como atirar. Como indica Cunha (2024, p.27), “ao serem doutrinadas e adestradas para a violência, essas crianças eram preparadas para participar ativamente dos conflitos armados. As atividades incluíam marchas forçadas, manuseio de armas e obediência cega a comandos”.

Os maus tratos também eram constantes, muitos eram espancados e algumas crianças tinham suas identidades roubadas. Os que tentassem fugir e fossem pegos recebiam punições que variavam de espancamento até a morte. Além da atuação na linha de frente das batalhas, crianças também cumpriam outras funções como carregadores de suprimentos e munição, escudos humanos para proteger os combatentes adultos e até designadas para funções de guarda pessoal.

Conforme um caso relatado à Human Rights Watch, três estudantes, com idades entre quinze e dezesseis anos, da Ilha Idjwi foram sequestrados em 29 de novembro de 2000 voltando da escola para casa em plena luz do dia. Os soldados abordaram os jovens em uma canoa com outros vinte e seis jovens já a bordo. Os jovens foram levados à força e jogados na canoa. Eles foram levados para o extremo norte da ilha e ficaram com mais 170 meninos. Em 3 de dezembro de 2000, eles foram levados para Goma em um barco chamado "Karisimbi". No dia seguinte, eles foram levados para o campo de treinamento de Mushaki, onde havia outros 200 jovens, incluindo uma menina, disseram eles. Os meninos conseguiram escapar um tempo depois, no final de 2000 (UNHCR,2001).

Casos como esses se estendem até os dias de hoje. O rapto dessas crianças, impede-as de terem plenos direitos, pois são impedidas de frequentar a escola e de ter uma infância normal, além de tudo as que são privados de estarem com as próprias famílias e são expostas a situações de guerra que não deveriam estar passando e acabam sendo obrigadas a terem atitudes de soldados experientes como matar pessoas, invadir vilas e fazer as mesmas coisas que fizeram com elas isso por consequência gera muitos traumas nas crianças. Algumas também acabam sofrendo algum tipo de violência sexual.

Portanto, o recrutamento de crianças em conflitos armados ocorre por meio de diversas estratégias, como o alistamento, o sequestro e a coerção. Adiciona-se a dificuldade da identificação da idade das crianças, devido à ausência de registros de nascimento precisos, o que facilita o recrutamento ilegal. Além disso, a pressão social, cultural, econômica e política

pode levar jovens a se alistarem voluntariamente, mesmo que essa decisão não seja totalmente livre (CUNHA, 2024).

### Violência contra as mulheres

O conflito na RDC alimenta uma das crises humanitárias mais graves do século, utilizando de meios como a violência sexual contra mulheres e meninas como forma de punição a população civil, desestabilizando e humilhando as mulheres, e, assim gerando um ciclo de violência sem fim, no qual as mulheres congoleesas são obrigadas a fazerem uma escolha cruel: fome ou violência.

Mesmo com uma população total de cerca de 100 milhões de pessoas, das quais 51% são mulheres e 48% da população total tem menos de 15 anos, o país está no topo da lista dos países com o maior número de casos de violação e exploração sexual, com estimativas que sugerem que mais de 1 milhão de mulheres foram estupradas durante décadas de conflito (UN WOMEN)

Entre janeiro e agosto de 2023, foram registrados cerca de 46.000 casos de violência de gênero apenas nas províncias de Ituri, Kivu do Norte e Kivu do Sul, apesar das leis que criminalizam a violência sexual, majoritariamente por homens armados. Porém, essa porcentagem é apenas uma parcela da realidade, já que muitas das vítimas não têm acesso a esses serviços de apoio e denúncia, pelo medo de serem rotulados pelas suas comunidades ou da vingança por parte dos infratores. Além disso, para sobreviver em um ambiente que predomina a fome e a extrema pobreza, muitas mulheres e meninas, em situação alarmante são obrigadas a recorrer a prostituição forçada, onde ganham em média um dólar por dia (MENDES, 2023; MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, 2024).

Ademais, os perigos e os riscos aumentaram devido a diminuição do acesso aos recursos, pois as mulheres são levadas a se deslocarem para coletar lenha e água, onde ficam expostas a potenciais abusadores. Também, a falta de oportunidades, como empregos e recursos para sustento, e a insegurança alimentar aumentam a vulnerabilidade de mulheres e meninas à exploração e abuso. Em vários casos, elas não vêm outra alternativa a não ser recorrer a mecanismos de sobrevivência financeira, como o sexo transacional, com mulheres e meninas se envolvendo em relações sexuais em troca de alimento, abrigo ou dinheiro (CICV, 2024; MENDES, 2023) Esse fenômeno vem sendo recorrente em acampamentos improvisados, como os perto de Goma, que eram para ser um refúgio para as vítimas do conflito, mas acabam por infringir mais sofrimento pela ausência de proteção às pessoas que se encontram nesta situação.

Infelizmente, nesses acampamentos, a principal forma de violência sofrida é a de cunho sexual, como mostra os dados da pesquisa realizada de novembro de 2023 a abril de 2024 pelo Epicentre, o centro de epidemiologia e pesquisa médica de Médicos Sem Fronteiras, em quatro acampamentos em volta de Goma na RDC, onde 10% de mulheres adultas (20 a 44 anos) relataram que foram abusadas sexualmente nos cinco meses anteriores a pesquisa, e em alguns acampamentos a porcentagem chegou a 17%, isso sem inserir a porcentagem de abuso de crianças, adolescentes e idosas (MÉDICOS SEM FRONTEIRA, 2024).

A falta de segurança e de supervisão adequada nos acampamentos, enquanto Goma se encontra cercada pelas linhas de frente dos combates, permite que a violência ocorra mais frequentemente e dificulte o acesso das vítimas aos serviços de apoio e justiça. Portanto, sem a garantia de segurança física e suporte econômico descente, essas pessoas ficam vulneráveis a riscos como violência, exploração e abuso (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2024).

Além disso, muitas comunidades dependem de ajuda comunitária, porém essas agências relatam que a ajuda é limitada devido à falta de recursos e a inacessibilidade de algumas áreas, logo, em muitos casos, as pessoas se expõem a longas distâncias ou esperas em locais perigosos em busca de ajuda humanitária, o que as deixa vulnerável a diversas violências, entre elas a sexual, já que muitos grupos armados utilizam disso como arma de guerra, para desestabilizar comunidades e conquistar o controle delas. Entretanto, esses locais de assistência falham como locais de proteção, pois estão sujeitos a ataques e insegurança (ONU NEWS, 2023).

Para apoiar as vítimas de violência de gênero e prevenir que novas surjam, organizações não governamentais estão presentes no país, como a ONU, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Médicos Sem Fronteiras (MSF), o Banco Mundial e outras agências de desenvolvimento, além da Oxfam Internacional. Todas elas têm o mesmo objetivo, dar apoio as vítimas, lutar pelo fim da violência de gênero através de campanhas de prevenção, sensibilização comunitária, fortalecimento de serviços locais e defesa de políticas públicas de proteção aos direitos das mulheres, por diferentes abordagens.

A violência doméstica e de gênero na República Democrática do Congo permanece uma grave violação dos direitos humanos, enraizada em desigualdades sociais e agravada pelo longo histórico de conflitos e instabilidade no país. Embora o governo tenha adotado legislações e criado políticas para proteger as mulheres e punir agressores, desafios estruturais, como a falta de recursos, a impunidade e as barreiras culturais, ainda dificultam a implementação efetiva dessas medidas. Parcerias com organizações internacionais e ONGs têm sido fundamentais para suprir lacunas na proteção e assistência às vítimas, oferecendo apoio

psicológico, jurídico e econômico. No entanto, para que essas iniciativas resultem em mudanças duradouras, é essencial que o governo da RDC fortaleça seu compromisso com a segurança das mulheres, aumente o investimento em infraestrutura e trabalhe para transformar as normas sociais que perpetuam a violência de gênero. Somente por meio de um esforço coordenado será possível construir um ambiente onde as mulheres congoleesas possam viver com dignidade, segurança e igualdade.

## **5. Organizações humanitárias presentes na RDC**

A situação na RDC, já explicada anteriormente, como a constante corrupção e usurpação dos recursos públicos, tem levado a um estado de calamidade pública e drama humanitário únicos em sua gravidade. Esse contexto já dura décadas e levou centenas de pessoas a condições de extrema pobreza, sem acesso a água potável, energia, moradia adequada ou mesmo alimento necessário para a sobrevivência. Com isso, os habitantes decidem, em condições forçadas, a deixar o local em que se encontram e deslocam-se para outras regiões onde podem encontrar ajuda humanitária e condições mínimas de existência. Mas, ao chegarem aos campos de asilo, as pessoas não apenas encontram dificuldades para acessar esses recursos como também enfrentam violência sexual em massa, abusos e abandono por parte do Estado.

É em meio a tanto descaso, violação de direitos humanos e calamidade social que entram as organizações humanitárias, entidades, públicas ou privadas, cuja missão central é oferecer assistência e proteção a indivíduos e comunidades em situações de vulnerabilidade extrema, como crises causadas por desastres naturais, conflitos armados, epidemias e pobreza severa. Essas organizações operam, muitas vezes, em cenários de emergência, focando em salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter a dignidade humana. Além disso, as instituições de apoio internacional atuam em diferentes âmbitos a depender do foco de atuação e a assistência que oferecem, ou seja, que vão desde ajuda intensiva na região de conflito até o fornecimento de dados específicos e atualizados do país. Aqui estão alguns tipos:

- Organizações de socorro em emergências: atuam diretamente no local de crise acometidos por desastres naturais, conflitos e crises repentinas. Fornecem água, comida, assistência médica e abrigos.
- Organizações de desenvolvimento humanitário: atuam após o grande primeiro impacto, ou seja, proporcionam ações e melhorias de longo prazo na vida dos impactados por meio de projetos de infraestrutura, educação, segurança alimentar e saúde.

- Organizações de Direitos Humanos: têm o ímpeto de proteger e promover direitos humanos em áreas de conflitos e violações.
- Organizações de Saúde e Medicina Humanitária: fornecem serviços médicos e psicológicos para as vítimas.

Existem hoje na República Democrática do Congo cerca de 260 diferentes organizações humanitárias que buscam atender as necessidades emergenciais da população. Os organismos estão presentes nos locais mais afetados, como em Kivu do Norte e Kivu do Sul, ambos localizados no leste do país. Sendo as cidades mais afetadas Goma e Ituri, em Kivu do Norte, as organizações tendem a se instalar nessas áreas.

Apesar da característica humanitária, as organizações enfrentam desafios para acessar as áreas vulneráveis e exercer a ajuda. Por exemplo, a presença de grupos armados no leste do país dificulta o acesso desses organismos e aumenta o risco para os voluntários e trabalhadores. Outros fatores de risco são a proliferação rápida - causando epidemias - de doenças como resultado do deslocamento em massa e das más condições de higiene humana, de alimentos e falta de água potável. A falta de recursos, a ausência de infraestrutura, e mesmo de financiamento, limita a capacidade de assistência. Não apenas as organizações enfrentam todos esses problemas como ainda existe a interferência política local e internacional nas suas atuações.

Finalmente, os principais organismos humanitários atuantes na RDC, hoje, são:

Médicos Sem Fronteiras (MSF): “organização humanitária internacional que leva cuidados de saúde a pessoas afetadas por graves crises humanitárias” (MSF). Na República Democrática do Congo, a MSF atua com foco na assistência médica e humanitária, mas com a crescente onda de violência sua mobilidade está sendo limitada. Hoje, a MSF presta assistência nas áreas mais afetadas, como abordado acima, gerenciando clínicas móveis e oferecendo assistência à situação sanitária e alimentar nos campos de deslocados. Além disso, devido à falta de saneamento básico, exerce o papel médico combatendo os surtos de cólera, sarampo e outras doenças infecciosas. Ainda oferece cuidados psicológicos às vítimas de violência.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV): “organização neutra e independente que garante proteção e assistência humanitária às pessoas afetadas por conflitos armados e outras situações de violência” (CICV). Na RDC, o CICV mostra-se ativamente presente, desde 1978,

buscando diminuir o impacto do conflito armado no país. Suas atividades são focadas na assistência médica, atendendo feridos e doentes e melhorando as instalações de abastecimento de água. Além disso, ajudam na reunificação de famílias separadas e promovem o respeito pelo Direito Internacional Humanitário. O CICV também atua divulgando o conflito internacionalmente.

International Rescue Committee (IRC): organização que busca por meio de ações e intervenções diretas no local impactar de maneira duradoura na comunidade, fornecendo cuidados de saúde, ajudando na formação de crianças e na capacitação de indivíduos para que se tornem autossuficientes. A organização foca nas necessidades das mulheres e meninas, ou seja, lidam diretamente e ativamente com os casos de violação sexual em massa. No ano de 2024, o IRC intensificou suas operações na RDC para combater o surto de Mpox - um vírus parecido com o do ebola - que ameaça principalmente os campos de deslocados. Como um dos focos da organização, também há campanhas para fornecer assistência a longo prazo com programas de empoderamento para mulheres e meninas, segurança alimentar e apoio à educação. Trabalha também na proteção de crianças e mulheres visando a reestruturação futura da comunidade.

Agência da ONU para Refugiados (ACNUR): “organização dedicada a salvar vidas, assegurar os direitos e garantir um futuro digno a pessoas que foram forçadas a deixar suas casas e comunidades devido a guerras, conflitos armados, perseguições ou graves violações dos direitos humanos” (ACNUR). A atuação da organização na RDC, hoje, é intensa buscando atender as necessidades mais urgentes como construção de abrigos e fornecendo alimentos. A agência também trabalha alertando sobre os aumentos às violações aos direitos humanos contra as populações vulneráveis, e pedindo apoio e intervenção internacional efetiva para proteger essas pessoas. Apesar da imensa contribuição, há ainda uma demanda exacerbada das populações que não pode ser suprida com os atuais recursos escassos.

Assessment Capacities Project (ACAPS): organização independente que fornece análises e informações sobre crises humanitárias globais ajudando outras organizações humanitárias a compreenderem as necessidades das populações afetadas e tomar decisões mais certas sobre intervenções. Eles vêm atuando na situação na RDC de maneira ativa coletando e analisando dados sobre situação de deslocamento, segurança alimentar e saúde. Assim, consegue

identificar crises específicas e quais as necessidades primárias da população, além de ajudarem agências e organizações no terreno a priorizarem ações de resposta mais efetivamente.

Por fim, uma das mais importantes contribuições, que se estende desde 1999, a MONUSCO, uma missão de paz das Nações Unidas que tem como objetivo estabilizar a RDC, proteger civis e apoiar o governo congolês na desmobilização de grupos armados. A MONUSCO é uma das maiores e mais complexas missões de paz da ONU, com tropas de paz, policiais e civis trabalhando para proteger a população, apoiar a justiça e fortalecer as instituições locais. Em 2023, iniciou um processo gradual de retirada e transferência de responsabilidades para as forças locais, uma transição que continua em 2024.

## 6. O papel da ONU na RDC

A Organização das Nações Unidas é uma organização fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz e segurança internacionais. Em 2025, a ONU faz 80 anos e é composta por 193 Estados-Membros, um aumento significativo dos 56 países fundadores. A ONU e seu trabalho são guiados pelos propósitos e princípios contidos em sua carta fundadora. Todos os Estados-membros da ONU são membros da Assembleia Geral e são admitidos como membros por decisão deste órgão mediante recomendação.

A ONU possui vários órgãos, seis principais, com funções específicas, sendo eles: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Corte internacional de Justiça, Secretariado e Conselho de Tutela <sup>13</sup>.

**Assembleia Geral (AGNU):** é considerado o coração da organização, sendo o principal órgão deliberativo, de formulação de políticas e representativo da ONU. Todos os 193 Estados-membros da ONU são representados na Assembleia Geral, tornando-a o único órgão com representação universal. A cada ano, em setembro, todos os membros da ONU se reúnem no Salão da Assembleia Geral em Nova York para a sessão anual da Assembleia Geral e debate geral, na qual muitos chefes de estado comparecem e abordam suas visões sobre questões importantes, como aquelas sobre paz e segurança, admissão de novos membros e questões orçamentárias.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/main-bodies>. Acesso em: 31 out. 2024.

**Conselho de Segurança (CSNU):** é considerado o cérebro da ONU, tem a responsabilidade primária, sob a Carta da ONU, pela manutenção da paz e segurança internacionais. Ele é composto de apenas 15 membros (5 permanentes e 10 não permanentes), sendo que cada membro tem um voto, mas os 5 permanentes possuem direito a veto. Sob a Carta, todos os Estados-Membros são obrigados a cumprir as decisões do Conselho, ou seja, elas são chamadas de vinculantes. O Conselho de Segurança tem a função de determinar a existência de uma ameaça à paz ou um ato de agressão. Ele convoca as partes em uma disputa para resolvê-la por meios pacíficos e recomenda métodos de ajuste ou termos de solução. Em alguns casos, o Conselho de Segurança pode recorrer à imposição de sanções ou mesmo autorizar o uso da força para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais.

**Conselho Econômico e Social (ECOSOC):** é o principal órgão de coordenação, revisão de políticas, diálogo de políticas e recomendações sobre questões econômicas, sociais e ambientais, bem como implementação de metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente. Ele serve como o mecanismo central para atividades do sistema da ONU e suas agências especializadas nos campos econômico, social e ambiental, supervisionando órgãos subsidiários e especialistas. Ele tem 54 membros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos sobrepostos de três anos. É a plataforma central das Nações Unidas para reflexão, debate e pensamento inovador sobre desenvolvimento sustentável.

**Conselho de Tutela:** foi estabelecido para fornecer supervisão internacional para 11 Territórios de Tutela que tinham sido colocados sob a administração de sete Estados-Membros, e garantir que medidas adequadas fossem tomadas para preparar os Territórios para autogoverno e independência. Em 1994, todos os Territórios de Tutela tinham alcançado autogoverno ou independência. O Conselho de Tutela suspendeu a operação em 1º de novembro de 1994. Por uma resolução adotada em 25 de maio de 1994, o Conselho alterou suas regras de procedimento para abandonar a obrigação de se reunir anualmente e concordou em se reunir conforme a ocasião exigisse; por sua decisão ou a decisão de seu Presidente, ou a pedido da maioria de seus membros ou da Assembleia Geral ou do Conselho de Segurança.

**Tribunal Internacional de Justiça:** é o principal órgão judicial das Nações Unidas. Sua sede é no Palácio da Paz em Haia (Holanda). É o único dos seis principais órgãos das Nações Unidas que não está localizado em Nova York (Estados Unidos da América). O papel do Tribunal é resolver, de acordo com o direito internacional, disputas legais submetidas a ele pelos Estados e dar pareceres consultivos sobre questões legais encaminhadas a ele por órgãos autorizados

das Nações Unidas e agências especializadas. O Tribunal Internacional de Justiça funciona de acordo com seu estatuto próprio.

**Secretariado:** compreende o Secretário-Geral e dezenas de milhares de funcionários internacionais da ONU que realizam o trabalho diário da ONU, conforme determinado pela Assembleia Geral e outros órgãos principais da Organização. O Secretário-Geral é o diretor administrativo da Organização, nomeado pela Assembleia Geral por recomendação do Conselho de Segurança para um mandato de cinco anos, renovável. O Secretário-Geral também é um símbolo dos ideais da Organização e um defensor de todos os povos do mundo, especialmente os pobres e vulneráveis.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem como principal propósito a manutenção da paz e segurança internacionais, mediante a utilização de meios pacíficos e em conformidade com os princípios de justiça e do direito internacional. Centra-se numa perspectiva de respeito pela soberania entre todos os Estados e na cooperação para a resolução das questões internacionais de matriz política, económica, social, cultural e humanitária, onde a promoção pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais constituem bases modeladoras para o relacionamento internacional.

As ações da ONU de manutenção da paz provaram ser uma das ferramentas mais eficazes disponíveis para a organização auxiliarrs países a navegar no difícil caminho do conflito para a paz. As operações multidimensionais de manutenção da paz de hoje são chamadas não apenas para manter a paz e a segurança, mas também para facilitar processos políticos, proteger civis, auxiliar no desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes; apoiar processos constitucionais e a organização de eleições, proteger e promover os direitos humanos e auxiliar na restauração do estado de direito e na extensão da autoridade legítima do estado.

No caso da República Democrática do Congo, a ONU estabeleceu uma Missão De Estabilização Da Organização Das Nações Unidas Na República Democrática Do Congo (MONUSCO), em 2010 e vigente até hoje. Essa missão busca proteger civis e consolidar a paz no país. Proteger a população civil é a prioridade da MONUSCO, especialmente nas áreas do leste do Congo, afetadas por conflitos armados, a missão realiza patrulhas e oferece proteção direta em situações de risco, além de contribuir para a estabilização do país, ajudando o governo a restaurar a autoridade do Estado e melhorar a segurança nas regiões afetadas por conflitos. A

missão também procura facilitar o diálogo entre grupos em conflito e apoiar acordos de paz e iniciativas de reconciliação buscando sempre a paz.

A MONUSCO foi uma missão que substituiu a MONUC (Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo), em 2010. Essa mudança de nome refletiu uma nova fase da missão, com maior ênfase na estabilização e reconstrução após anos de guerra civil. Ao todo, a ONU já está presente na RDC por mais de 25 anos. O ano de 2010 foi marcado por graves abusos de direitos humanos, incluindo estupros em massa cometidos por grupos armados, contudo a MONUSCO trabalhou fortemente para documentar esses crimes, apoiar sobreviventes e pressionar por responsabilização. Mesmo assim enfrentou críticas por sua incapacidade de impedir esses abusos dos direitos humanos em larga escala e por sua colaboração com forças armadas congoleesas que, às vezes, também cometiam crimes.

Atualmente, a MONUSCO (Missão de Estabilização da ONU na República Democrática do Congo) ainda atua no país, mas está em processo de retirada gradual e responsável, com previsão de conclusão em dezembro de 2024. Esse plano foi solicitado pelo governo congolês e aprovado pela ONU. A missão está focada principalmente nas províncias de Kivu do Norte e Ituri, onde os desafios de segurança permanecem críticos devido à presença de grupos armados. Embora a MONUSCO esteja melhorando sua presença, seu mandato inclui a proteção de civis e o apoio à estabilização das instituições estatais. Paralelamente, forças regionais como a SAMIDRC, compostas por tropas da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), estão assumindo maior responsabilidade na segurança, especialmente na região leste do país. Essa transição é complexa e delicada, com riscos de segurança aumentados, mas busca fortalecer a capacidade nacional e regional de lidar com os desafios existentes.

Embora as operações de paz da ONU tenham passado por atualizações desde que começaram a ser formuladas, os desenvolvimentos dos conflitos também se tornaram gradualmente mais complexos. As operações adotaram funções adicionais e passaram a receber mandatos mais robustos, a partir da visão de multidimensionalidade dos conflitos, nos anos 1990. Mas elas dependem de orçamentos limitados e, principalmente, da vontade política dos membros do Conselho de Segurança da ONU, que é o órgão responsável por definir seus mandatos, renová-los ou não e atualizar constantemente os países membros da ONU sobre os avanços e retrocessos das situações de conflito, por meio de análises e documentos. Vamos entender um pouco melhor o seu papel a seguir.

## 7. O Conselho de Segurança e o debate sobre a situação da RDC

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) possui um papel importante no debate na situação da República Democrática do Congo (RDC), acompanhando suas crises e esforços de estabilização desde a sua independência. No passado, iniciativas como a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) visaram pacificar o país, apesar dos desafios impostos pela complexidade dos conflitos.

Atualmente, o Conselho discute medidas para estabilizar a RDC, focando na MONUSCO e no enfrentamento de grupos armados e até estabelecendo e monitorando a implementação de sanções contra grupos e indivíduos envolvidos nos conflitos. Para o futuro, o Conselho busca promover a desmobilização desses grupos e o fortalecimento das instituições congolenses, visando à paz e ao desenvolvimento sustentável (Security Council Report, 2023).

### Passado

Em várias instâncias da história do Congo, intervenções por parte da ONU têm sido feitas. Foi a partir da posse do Laurent Kabila que forças da ONU facilitaram certos processos do Congo, observando acordos de cessar-fogo e mantendo a paz em circunstâncias de alta tensão. A ONU também esteve presente no estabelecimento da constituição de 2005 do Congo a partir da presença da MONUC. Em debates e discussões, as preocupações em relação ao Congo geralmente tomavam teor humanitário, com preocupações com o contínuo conflito em território congolês e enfatizando a necessidade da normalização e restauração da paz dentro do território. (ONU, 2012)

Destaca-se que o Conselho de Segurança acompanha de perto a situação conflituosa da RDC em sua agenda de discussões desde o ano de 1999. Em 2004, o órgão criou um Comitê de Sanções para impor penalidades a grupos e indivíduos da RDC que tomam parte nos conflitos. Esse comitê estabelece então que os membros da ONU imponham sanções como proibição de viagens, embargo de armas e congelamento de fundos desses indivíduos. Esse comitê permanentemente atualiza a lista de indivíduos alvo e dos tipos de sanções.

Além disso, o CSNU também publica suas decisões no formato de dois principais documentos: as declarações presidenciais e as resoluções. Destes, apenas estas últimas são obrigatórias a todos os membros da ONU. O órgão já possui cerca de 75 resoluções (RES, do inglês *Resolution*) e 30 declarações presidenciais (PRST, do inglês *Presidential Statement*) a

respeito da RDC<sup>14</sup>. Para serem aprovadas e, portanto, entrarem em vigor, as Resoluções precisam receber a aprovação da maioria dos países membros, dentre os quais necessariamente todos os membros permanentes. Já as Declarações Presidenciais são aprovadas por unanimidade.

### Presente

O Conselho de Segurança da ONU atualmente está em debate sobre a retirada da Missão de Estabilização das Nações Unidas da RDC (MONUSCO) dando foco nas preocupações com o aumento da violência em regiões como Kivu do Norte e Ituri. Enquanto alguns países preferem fazer uma transição lenta e cautelosa para que o governo congolês totalmente assuma a segurança, a ONU destaca a necessidade de evitar um possível período sem líderes no país (KEITA, 2024). O Conselho também traz à conversa o apoio a esforços regionais de estabilização, acompanhando o processo para garantir a paz local e regional (UNITED NATIONS, 2024).

As últimas reuniões do CSNU sobre a situação da RDC com resoluções ocorreram em fins de 2024 e início de 2023. A última reunião com resolução sobre a RDC ocorreu em 21 de fevereiro de 2025, resultando no documento S/RES/2773 (2025), que tratou especificamente sobre a tomada de Goma pelo M23 e a intensificação das hostilidades no leste do país, demandando que Ruanda pare imediatamente de apoiar os rebeldes. Em 20 de dezembro de 2024, a Resolução S/RES/2765 prorrogou por 1 ano as atividades da MONUSCO no país.

A composição atual do CSNU é a seguinte: além dos 5 membros permanentes com poder de veto (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França), são membros eletivos do órgão os seguintes 10 países: Argélia, Dinamarca, Grécia, Guiana, Paquistão, Panamá, República da Coreia, Serra Leoa, Eslovênia e Somália<sup>15</sup>. Essa estrutura tem sido questionada frequentemente, principalmente o poder de veto dos países permanentes, que permite que estes resguardem seus interesses quando estes estiverem em jogo em algum tema debatido. Sabemos que os interesses das grandes potências na RDC, membros permanentes do CSNU, são obstáculos importantes para a resolução do conflito no país.

---

<sup>14</sup> Aqui é possível encontrar todas as decisões adotadas pelo CSNU sobre a RDC, além de outros documentos da ONU sobre o assunto: <[UN Documents for Democratic Republic of the Congo](#)>. Acesso em: 16/03/2025.

<sup>15</sup> Disponível em: <[Current Members | Security Council](#)>. Acesso em 15/03/2025.

## Futuro

Como lidar com os diferentes interesses dos países decisores no CSNU sobre a RDC? Será que seus compromissos com a ONU e sua Carta falarão mais alto em algum momento? A MONUSCO tem cumprido de forma eficaz seu papel na RDC? Será que a ONU deve investir no apoio à soluções propostas pelas organizações africanas para o conflito? Ou será que os países vizinhos à RDC irão se utilizar da prerrogativa da paz para avançar seus objetivos? São muitas perguntas em aberto. O CSNU certamente não consegue responder a todas, mas de que forma ele melhor consegue cumprir sua missão de garantir paz e segurança na RDC e equilibrar tantos interesses dos seus membros? Essa é a discussão que os representantes dos países farão na próxima reunião.

Os avanços já realizados até aqui não podem ser deixados de lado, mas percebe-se que eles ainda não foram suficientes para colocar fim ao conflito. O que mais se pode fazer? Para isso, vamos conhecer melhor os países que estarão nas negociações

## **8. Posicionamento dos Países do CSNU**

**França:** membro permanente do CSNU; possui uma posição ativa em relação à situação na República Democrática do Congo (RDC), pois Paris se preocupa com a instabilidade política e a violência, especialmente nas regiões do leste do país, onde grupos armados, como o M23, continuam a causar graves violações dos direitos humanos e deslocamentos em massa da população. Assim o país apoia os esforços da ONU para estabilizar a região, incluindo a manutenção da Missão das Nações Unidas na RDC (MONUSCO) e a necessidade de uma ação mais eficaz contra os grupos armados, bem como a incentivar a responsabilização de líderes e grupos armados por crimes de guerra. Em termos econômicos, está engajada em iniciativas de desenvolvimento na RDC, procurando resolver os conflitos e apoiar a reconstrução e o crescimento sustentável do país. A França condenou a retomada das ofensivas do M23 — bem como o apoio de Ruanda a esse grupo, que deve terminar sem demora.

**Guiana:** membro eletivo do CSNU; condena as graves violações cometidas durante a guerra, como massacres de civis, uso de crianças-soldados e violência sexual. Busca manter uma política externa historicamente neutra e alinhada ao multilateralismo. Dessa forma, apoia iniciativas diplomáticas conduzidas por organizações internacionais, como a União Africana e a ONU, para negociar acordos de paz e promover a reconstrução do Congo.

**Reino Unido:** membro permanente do CSNU; apela para que todas as partes do conflito apresentem planos detalhados com datas e modos específicos de cumprimento dos compromissos do processo de Luanda. Defende que a referida implementação ocorra o mais rápido possível e que o processo de paz seja transparente com compromissos claros e implementáveis, com o envolvimento de todos os atores pertinentes, a fim de alcançar o objetivo de uma redução verdadeira da violência e a subsequente construção de uma paz estável e sustentável no país. O Reino Unido já tomou algumas medidas, como a suspensão do apoio militar e ajuda a Ruanda, ações diplomáticas como o não atendimento a eventos do governo de Ruanda e o envio de assistência humanitária a populações no leste da RDC.

**Eslovênia:** membro eletivo do CSNU; condena os ataques à MONUSCO e funcionários da ONU na RDC e defende que autoridades congolezas conduzam investigações para responsabilizar os agressores. O país também mostra preocupação com o aumento das tensões entre a RDC e Ruanda e defende um diálogo construtivo para a desescalada do conflito. Denuncia as agressões do M23 especificamente no Kivu do Norte e tem enfatizado a retirada imediata dos rebeldes das áreas ocupadas em prol da soberania da RDC.

**Federação Russa:** membro permanente do CSNU; tenta manter uma relação de amizade com a RDC, promovendo encontros entre os líderes políticos de ambos os países e se posicionando contra a exploração das terras do país africano. A Rússia reafirma a necessidade de respeitar a soberania nacional da RDC e desencoraja a ação de países externos sobre seu território e suas crises internas – ao mesmo tempo, oferece ajuda militar à RDC. Diretamente, a Rússia não envia auxílio humanitário para a RDC; no entanto, existe um histórico de recursos russos doados através da ONU. Na ONU adota uma retórica menos intervencionista, mas o país também possui interesse nos recursos naturais presentes na RDC, e vê seu posicionamento mais

pacífico e amistoso como uma possibilidade de exercer poder e realizar a manutenção da influência oriental sobre o país em crise, surgindo como uma contraparte, principalmente, aos EUA, à França e ao Reino Unido.

**República da Coreia:** membro eletivo do CSNU; tem demonstrado um papel ativo no enfrentamento das crises humanitárias na República Democrática do Congo (RDC). Entre suas iniciativas, o país comprometeu-se a contribuir com 5 milhões de dólares para apoiar sobreviventes de violência sexual, destacando a proteção dos direitos humanos e de grupos vulneráveis como prioridade. Este esforço reflete a preocupação da Coreia do Sul com as graves violações de direitos, especialmente contra mulheres e crianças, em meio ao cenário de conflitos armados na RDC (ONU, 2023). Além disso, a Coreia do Sul apoia iniciativas regionais, como os Processos de Nairobi e Luanda, que buscam mediar disputas e promover a estabilidade na região. Também defende a necessidade de abordar as causas estruturais do conflito, como a exploração ilegal de recursos naturais, que perpetua a instabilidade e a violência. Essa abordagem integrada une assistência humanitária e desenvolvimento sustentável como pilares fundamentais para a consolidação da paz na RDC (ONU, 2023; ONU, 2024).

**China:** membro permanente do CSNU; tem se posicionado com preocupação devido a escalada da violência na República Democrática do Congo, principalmente com os altos números de civis afetados e deslocados. O país reforça a necessidade de diálogo, fim das lutas armadas e de ajuda humanitária internacional. Como solução aponta uma união da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) e MONUSCO (Missão das Nações Unidas de Estabilização na República Democrática do Congo) em suas missões humanitárias, e a necessidade de se seguir as soluções apresentadas por países africanos. O país é o principal investidor na DRC, principalmente no setor de mineração e possui interesses econômicos no Congo.

**Serra Leoa:** membro eletivo do CSNU; país africano membro da União Africana (UA) e das Nações Unidas; adota uma posição solidária em relação à RDC, especialmente no contexto de questões de paz, segurança e direitos humanos. Embora Serra Leoa não tenha uma política

específica voltada exclusivamente para a RDC, sua postura reflete princípios de apoio à estabilidade regional, resolução pacífica de conflitos e cooperação internacional. O país encoraja as autoridades nacionais da RDC a facilitarem um processo de reconciliação nacional e a defender um sistema de governança que reflita as aspirações nacionais e o caráter do país. Acredita que a violência armada prolongada criou desafios significativos para a prestação de ajuda humanitária. O apoio ao plano de resposta humanitária de 2024 – que atualmente tem apenas 14% de financiamento – é crucial para enfrentar a insegurança alimentar e melhorar o acesso a serviços essenciais.

**Estados Unidos:** membro permanente do CSNU; condena as atividades rebeldes, particularmente a ofensiva do M23 no leste da RDC, com a tomada de Goma e Bukavu. Mark Rubio, secretário de Estado americano pediu um imediato cessar-fogo e defendeu a soberania e integridade territorial da RDC. Os Estados Unidos impuseram sanções a indivíduos ligados à violência na RDC, como a militares ruandenses por apoio aos rebeldes do M23. O país também contribui para assistência humanitária na RDC com cerca de 1 bilhão por ano. Vale enfatizar que o governo dos EUA espera em breve fechar um acordo sobre os minerais estratégicos com o governo congolês.

**Somália:** membro eletivo do CSNU; possui suas próprias preocupações com relação à segurança e território. O conflito na RDC, com ramificações regionais, só tende a piorar a situação somali.

**Argélia:** membro eletivo do CSNU; autoridades política da Argélia visitaram Ruanda em 2024, levando o governo da RDC a chamar o embaixador argelino em Kinshasa para explicações, refletindo preocupações regionais acerca de compromissos militares. Argélia também é participante ativa das operações de paz da ONU e historicamente defende a descolonização e a estabilidade regional.

**Dinamarca:** membro eletivo do CSNU; condena a ofensiva do M23 e o apoio externo ao grupo rebelde, principalmente advindo de Ruanda. As preocupações humanitárias também são

centrais a Dinamarca, incluindo o deslocamento de civis, hospitais lotados e potencial de conflito urbano e violência sexual, temas exacerbados pela recente fuga de prisioneiros em Goma. O país pede que todos os países envolvidos se engajem em diálogos de paz para evitar a deterioração acentuada. Defende ainda que é necessário lidar com as causas profundas do conflito, incluindo a exploração ilegal de recursos naturais como chave na instabilidade dos países da região dos Grandes Lagos. Apoia os esforços da ONU por meio da MINUSCO e condena os ataques à entidades humanitárias parceiras.

**Paquistão:** membro eletivo do CSNU; significativo contribuinte de tropas para as missões de paz da ONU, o Paquistão foca nesse apoio à MINUSCO e na assistência humanitária à RDC. Recentemente, 150 paquistaneses ficaram presos em Goma por conta da tomada da cidade pelos rebeldes.

**Panamá:** membro eletivo do CSNU; diante da situação delicada que o país se encontra após declarações do presidente Trump que indicavam desejo de tomada do canal do Panamá, o país tem agido com discrição no CSNU, ainda mais em um fórum no qual também se encontra a China, importante parceiro comercial.

**Grécia:** membro eletivo do CSNU; apoia a MONUSCO em seu papel de proteção de civis e em assegurar a proteção de pessoal médico e trabalhadores humanitários. O país foca nas preocupações humanitárias da RDC, a partir das repercussões da ofensiva do M23, defendendo acesso irrestrito de ajuda humanitária às populações afetadas. A Grécia também apoia as iniciativas lideradas pela África para solucionar pacificamente o conflito.

## **Convidados**

**República Democrática do Congo:** A República Democrática do Congo (RDC) enfrenta, há décadas, um cenário de instabilidade marcado por conflitos armados, especialmente nas regiões orientais do país. A presença de grupos rebeldes, como o M23, continua a ameaçar a segurança da população civil, desafiando a autoridade do Estado e gerando graves crises humanitárias, com milhões de deslocados internos e constantes violações de direitos humanos.

O governo congolês reafirma seu compromisso com a defesa da soberania nacional, da integridade territorial e da ordem constitucional. Condena, com firmeza, qualquer forma de apoio externo a grupos armados que operam dentro de seu território, e reforça a necessidade de uma resposta internacional coordenada que priorize a proteção de civis, o combate ao financiamento ilícito desses grupos e o fortalecimento das instituições nacionais. RDC defende uma solução pacífica e duradoura para o conflito, baseada no diálogo político, na cooperação regional e na justiça para as vítimas. Ao mesmo tempo, reitera a importância da atuação responsável da comunidade internacional e das missões de paz, respeitando a soberania do país e contribuindo de forma concreta para a reconstrução e estabilização da região.

**Angola:** busca mediar conflitos e promover soluções pacíficas, especialmente em situações envolvendo seus vizinhos, como a República Democrática do Congo. A política externa angolana valoriza o princípio da não-ingerência e a resolução pacífica das controvérsias, sem deixar de lado a defesa da soberania e da integridade territorial dos Estados.

**Ruanda:** o conflito no Congo não pode ser analisado de forma isolada, uma vez que impacta diretamente a segurança e a estabilidade do país. Ruanda reforça que sua atuação está voltada para a proteção de sua população e que é alvo de uma narrativa internacional injusta. Ainda assim, o governo afirma estar comprometido com soluções pacíficas e regionais. Em meio a esse cenário, Ruanda busca reafirmar seu papel como ator relevante no diálogo pela paz na região dos Grandes Lagos.

**Namíbia:** A guerra na RDC é vista com bastante apreensão, principalmente por causa das consequências humanitárias e do risco de desestabilização regional, já que ambos os países são

membros da SADC. A guerra no Congo representa um risco à segurança de toda a região, e a Namíbia vê sua participação como uma forma de evitar a propagação de instabilidade, tráfico e deslocamentos forçados.

Além disso, há laços históricos e políticos entre os dois governos que também influenciam nessa relação de solidariedade e apoio.

Atualmente, mesmo sem envolvimento militar direto, a Namíbia continua alinhada às decisões da SADC e apoia os processos de paz liderados por países africanos, sendo que sua posição é contrária à atuação de grupos rebeldes e favorável à presença de missões de paz da ONU. Portanto, diante do exposto, a Namíbia defende que a estabilidade no Congo é importante para toda a região, e que isso só será possível com diálogo político, respeito à soberania e proteção da população civil.

**Comitê da Cruz Vermelha:** Em meio à crise humanitária severa enfrentada pela República Democrática do Congo (RDC), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) desempenha um papel essencial na proteção de civis, no atendimento de vítimas de conflitos armados e na promoção do respeito pelo Direito Internacional Humanitário (DIH). Na atual conjuntura — caracterizada pela intensificação dos combates entre o governo, o M23 e diversos grupos armados, a presença de forças mercenárias e a participação de atores regionais e extrarregionais —, a atuação da Cruz Vermelha exige adaptação, neutralidade rigorosa e resposta humanitária eficaz

### **Considerações Finais**

Delegados, o compromisso dos países membros da ONU é fortalecer a organização e sua missão de buscar a paz e segurança internacional. Diante de clara agressão à paz, intensificada com a recente ofensiva do M23 no leste da RDC, a comunidade de países membros da ONU tem uma responsabilidade. Aliando esses compromissos e as diretrizes das políticas externas nacionais, vamos encontrar uma solução para a situação da RDC.

## Referências

**ACAPS.** Who we are. Disponível em: <https://www.acaps.org/en/about-us/who-we-are>.

Acesso em: 27 out. 2024.

**ACNUR.** República Democrática do Congo (RDC). Disponível

em: <https://www.acnur.org/br/emergencias/republica-democratica-do-congo-rdc>. Acesso em:

27 out. 2024.

**ACNUR.** República Democrática do Congo (RDC). Disponível

em: <https://www.acnur.org/portugues/republica-democratica-congo-rdc/>.

**ACNUR.** 5 Fatos para se entender o que está acontecendo na República Democrática do

Congo. Disponível em: [https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/5-fatos-para-se-](https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/5-fatos-para-se-entender-o-que-esta-acontecendo-na-republica)

[entender-o-que-esta-acontecendo-na-republica](https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/5-fatos-para-se-entender-o-que-esta-acontecendo-na-republica). Acesso em: 07/03/2025.

**ACNUR ACNUR.** ACNUR alerta para o aumento da violência contra mulheres e raparigas no leste da República Democrática do Congo (RDC). 2023. Disponível

em: <https://pacnur.org/pt/atualidade/noticias/violencia-congo>. Acesso em: 22 out. 2024.

**AKITOBY, B.; CINYABUGUMA, M.** Sources of Growth in the Democratic Republic of the Congo. *International Monetary Fund*, 2021.

**AL JAZEERA.** A Guide to the Decades-Long Conflict in DR Congo. Disponível

em: [https://www.aljazeera.com/news/2024/2/21/a-guide-to-the-decades-long-conflict-in-dr-](https://www.aljazeera.com/news/2024/2/21/a-guide-to-the-decades-long-conflict-in-dr-congo)

[congo](https://www.aljazeera.com/news/2024/2/21/a-guide-to-the-decades-long-conflict-in-dr-congo). Acesso em: 07/03/2025.

**AMNESTY INTERNATIONAL.** Relatório sobre a República Democrática do Congo.

Disponível em: [https://www.amnesty.org/en/location/africa/east-africa-the-horn-and-great-](https://www.amnesty.org/en/location/africa/east-africa-the-horn-and-great-lakes/democratic-republic-of-the-congo/report-democratic-republic-of-the-congo/)

[lakes/democratic-republic-of-the-congo/report-democratic-republic-of-the-congo/](https://www.amnesty.org/en/location/africa/east-africa-the-horn-and-great-lakes/democratic-republic-of-the-congo/report-democratic-republic-of-the-congo/). Acesso

em: 05/03/2025.

**BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO.** Economic Integration and Structural Transformation in Africa. *African Development Bank*, 2022.

**BANCO MUNDIAL.** Economia da República Democrática do Congo. 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/drc/overview>. Acesso em: 05/03/2025.

**BBC BRASIL.** Disponível

em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/07/030717\\_congomf](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/07/030717_congomf). Acesso em: 27 nov. 2024.

**BBC NEWS.** Articles on Conflict in DR Congo. Disponível

em: <https://www.bbc.com/news/articles/c9d5911dq46o>. Acesso em: 05/03/2025.

**BRASIL ESCOLA.** República Democrática do Congo. Disponível

em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/republica-congo.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.

**BRITANNICA.** Joseph Kabila | Biography & Facts. Disponível

em: <https://www.britannica.com/biography/Joseph-Kabila>. Acesso em: 31 out. 2024.

**CASTELLANO, I.; SILVA, D.; ALEGRE, P.** DEMOCRÁTICA DO CONGO: A DEFINIÇÃO MILITAR DO CONFLITO COMO PRÉ-CONDIÇÃO PARA A PAZ. *UFRS*.

Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31730/000784798.pdf>.

Acesso em: 30 out. 2024.

**CERQUEIRA, W.** Congo. Disponível

em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/congo.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.

**CICV.** “Eu tinha medo de contar para alguém”: apoio a sobreviventes de violência sexual na República Democrática do Congo. 2024. Disponível

em: [https://www.icrc.org/pt/document/sobreviventes-violencia-sexual-republica-](https://www.icrc.org/pt/document/sobreviventes-violencia-sexual-republica-democratica-congo)

[democratica-congo](https://www.icrc.org/pt/document/sobreviventes-violencia-sexual-republica-democratica-congo). Acesso em: 22 out. 2024.

**CICV.** Somos o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível

em: <https://www.icrc.org/pt/somos-o-comite-internacional-da-cruz-vermelha-cicv>. Acesso

em: 30 out. 2024.

**COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS.** Global Conflict Tracker: Violence in the Democratic Republic of Congo. Disponível em: [https://www.cfr.org/global-conflict-](https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/violence-democratic-republic-congo)

[tracker/conflict/violence-democratic-republic-congo](https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/violence-democratic-republic-congo). Acesso em: 05/03/2025.

**CORDELL, Dennis; LEMARCHAND, René.** Democratic Republic of the Congo. *Britannica*. 2024. 1 p. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Democratic-Republic-of-the-Congo/The-arts>. Acesso em: 03 out. 2024.

**COUNTRYECONOMY.** República Democrática do Congo - Índice de Desenvolvimento Humano. 2021. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/republica-democratica-do-congo>. Acesso em: 20 nov. 2024.

**CUNHA, Beatriz.** O impacto psicossocial e os desafios de reintegração de crianças-soldado na República Democrática do Congo. *Trabalho de Conclusão de Curso. UNESP Marília*, 2024.

**DIAMANTE DE SANGUE.** Edward Zwick. Eduardo Serra. 2006. Longa Metragem (143 min).

**DW.** Conflito na República Democrática do Congo: A diplomacia falhou. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/conflito-na-rep%C3%BAblica-democr%C3%A1tica-do-congo-a-diplomacia-falhou/a-71486418>. Acesso em: 07/03/2025.

**DW.** Força da ONU inicia retirada gradual da RDC. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/for%C3%A7a-da-onu-inicia-retirada-gradual-da-rdc/a-68391969>. Acesso em: 27 out. 2024a.

**DW.** RDC enfrenta crise humanitária sem precedentes. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/rdc-enfrenta-crise-humanit%C3%A1ria-sem-precedentes/a-68518753>. Acesso em: 27 out. 2024b.

**DW.** Rússia, Kremlin, and Wagner Group Influence in Central African Republic, Sudan, and Mali. Disponível em: <https://www.dw.com/en/russia-kremlin-wagner-group-influence-in-central-african-republic-sudan-mali/a-70599853>. Acesso em: 05/03/2025.

**FOCUSECONOMICS.** DR Congo Economy: GDP, Inflation, CPI & Interest Rates. *FocusEconomics*, 2023.

**FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI).** República Democrática do Congo: Relatório Anual. 2020.

**GOBBERS, Erik.** Ethnic associations in Katanga province, the Democratic Republic of Congo: multi-tier system. Shifting identities and the relativity of autochthony. *The Journal of Modern African Studies*, 2016. Disponível

em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/ethnic-associations-in-katanga-province-the-democratic-republic-of-congo-multitier-system-shifting-identities-and-the-relativity-of-autochthony/5AD160E4A3220E0FCF743C28015A58B8>. Acesso em: 30 out. 2024.

**GREEN, Eliot.** The Political Demography of Conflict in Modern Africa. *Civil War*, 2012.

Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13698249.2012.740198>.

Acesso em: 30 out. 2024.

**GUIA DE ESTUDOS CSNU -POLIONU 2021.** [s.l.: s.n.]. Disponível

em: <https://www.colegiopoliedro.com.br/app/uploads/2021/02/CSNU-GuiaDeEstudos-PoliONU.pdf>.

**GUITARRARA, Paloma.** "República Democrática do Congo"; *Brasil Escola*. Disponível

em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/republica-congo.htm>. Acesso em: 31 out. 2024.

**HAIRSINE, Kate.** Quem é quem no conflito do RDC. *DW*, 2024. Disponível

em: <https://www.dw.com/pt-002/quem-%C3%A9-quem-no-conflito-na-rdc/a-68336372>.

Acesso em: 30 out. 2024.

**INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS.** Where We Work:

Democratic Republic of Congo. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/where-we-work/democratic-republic-congo>.

Acesso em: 07/03/2025.

**INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE.** Crisis in the DRC: What you need to know and how to help. Disponível em: <https://www.rescue.org/article/crisis-drc-what-you-need-know-and-how-help>.

Acesso em: 27 out. 2024.

**KEITA, Bintou.** Briefing on the Situation in the Democratic Republic of the Congo -

Security Council, 9590th Meeting. *Nova Iorque: United Nations Web TV*, 2024. Disponível

em: <https://webtv.un.org/>. Acesso em: 29/10/2024.

**LATEK, M.** At a glance: Sexual violence in the Democratic Republic of Congo. [s.l.: s.n.]. 2014. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/EPRS/EPRS-AaG-542155-Sexual-violence-in-DRC-FINAL.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

**LAUDATI, Ann; Mertens, Charlotte.** Resources and rape: Congo's (toxic) Discursive Complex. In: *Laudati, Ann; Mertens, Charlotte. African Studies Review. Cambridge University Press*, v. 62, 2019. 26 p. cap. 4, p. 57-82.

**LEMARCHAND, René.** Reflections on the recent historiography of eastern Congo. In: *Lemarchand, René. The Journal of African History*. 3 ed. *Cambridge University Press*, v. 54, 2013, p. 417-437.

**LEMARCHAND, René; CORDELL, Dennis.** History of the Democratic Republic of the Congo. *Britannica*. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Democratic-Republic-of-the-Congo/History>. Acesso em: 3 out. 2024.

**LIRA, Fernanda.** O desafio à proteção das crianças soldado na república democrática do congo. *Brasília*, 2016. 102 p. *Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Centro Universitário de Brasília, Brasília*, 2016. Disponível em: <https://onedrive.live.com/?redeem=aHR0cHM6Ly8xZHJ2Lm1zL2IvYy80ZmI2ZTBINmM1MWFjZTllL0VUbTcyTVZaVnZaRHZBZW9oZWwxbnE0QktDVEEdtd2thRHVWRnNiMHZWR3Z0REE%5FZT10Uk9LUVY&cid=4FB6E0E6C51ACE9E&id=4FB6E0E6C51ACE9E%21sc5d8bb39565943f6bc07a885e9759eae&parId=4FB6E0E6C51ACE9E%21106&o=OneUp>. Acesso em: 19 set. 2024.

**MARMON, Brooks.** Operation Refugee: the Congo Crisis and the end of humanitarian imperialism in Southern Rhodesia, 1960. *Taylor&Francis Online*. 2021. 1 p. Disponível em: <https://www-tandfonline-com.ez128.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/14682745.2021.1933950>. Acesso em: 3 out. 2024.

**MASTEY, David.** The Adulterated Children of Child Soldier Narratives. In: *Mastey, David. Research in African Literatures*. 4 ed. *Indiana University Press*, v. 48, 2017. 264 p, p. 39-55. (*Ken Saro-Wiwa as Public Intellectual*).

**MATHYS, Gillian.** Urbanizing Kitchanga: spatial trajectories of the politics of refuge in North Kivu, Eastern Congo. *Taylor&Francis Online*. 2018. 253 p. Disponível

em: <https://www-tandfonline-com.ez128.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/17531055.2018.1452547#abstract>.

Acesso em: 3 out. 2024.

**MÉDICOS SEM FRONTEIRAS.** Conflitos na República Democrática do Congo: quatro questões para entender a situação. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/conflitos-na-republica-democratica-do-congo-quatro-questoes-para-entender-a-situacao/>.

Acesso em: 27 out. 2024.

**MÉDICOS SEM FRONTEIRAS.** Relatório de MSF revela ciclo alarmante de violência sexual na República Democrática do Congo - MSF Brasil. 2024. Disponível

em: <https://www.msf.org.br/noticias/relatorio-de-msf-revela-ciclo-alarante-de-violencia-sexual-na-republica-democratica-do-congo/>. Acesso em: 22 out. 2024.

**MENDES, Bárbara.** In eastern DRC, women and girls pay a high price in ongoing conflict | *World Food Programme*. 2023. Disponível em: <https://www.wfp.org/stories/eastern-drc-women-and-girls-pay-high-price-ongoing-conflict>.

Acesso em: 24 out. 2024.

**MONUSCO.** Resolução 2717 (2023) do Conselho de Segurança da ONU que prorroga o mandato da MONUSCO até 19 de dezembro de 2024. Disponível

em: <https://monusco.unmissions.org/en/un-security-council-resolution-2717-2023-extending-monuscos-mandate-until-december-19-2024>. Acesso em: 26 nov. 2024.

**THE MOSCOW TIMES.** In Conflict-Torn DR Congo, Wagner Group Sees Opportunity for Exploitation. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2024/05/27/in-conflict-torn-dr-congo-wagner-group-sees-opportunity-for-exploitation-a85226>.

Acesso em: 05/03/2025.

**NAÇÕES UNIDAS.** Conselho de Segurança ouviu testemunho de ex-criança-soldado sobre guerra na RD Congo: Resultados do último relatório sobre menores e conflitos armados foram apresentados na sessão; revelou "níveis extremos" de violência contra crianças em conflitos armados, com um número sem precedentes de assassinatos e mutilações. *Nações Unidas*. 2024. 1 p. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/06/1833796>.

Acesso em: 19 set. 2024.

**NAÇÕES UNIDAS.** Mulheres e meninas são 94% das vítimas de violência sexual em conflitos | ONU News. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817547>. Acesso em: 22 out. 2024.

**NAÇÕES UNIDAS.** O Conselho de Segurança adota a abrangente Resolução 2717 (2023) delineando a retirada gradual, responsável e sustentável das forças de paz da República Democrática do Congo. Disponível em: <https://press.un.org/en/2023/sc15538.doc.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.

**NAÇÕES UNIDAS.** ONU pede fim imediato da violência sexual em acampamentos da RD Congo | ONU News. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/05/1814957>. Acesso em: 24 out. 2024.

**NAÇÕES UNIDAS.** Tropas femininas aproximam ONU das vítimas de conflitos na RD Congo | ONU News. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/08/1818522>. Acesso em: 22 out. 2024.

**NAÇÕES UNIDAS.** Uso de crianças-soldado na RD Congo é “endêmico”, diz representante. *Nações Unidas*. 2014. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2014/07/1480391>. Acesso em: 22 out. 2024.

**O GLOBO.** Conflito na República Democrática do Congo deixa mais de 7 mil mortos desde janeiro, afirma primeira-ministra. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/02/24/conflito-na-republica-democratica-do-congo-deixa-mais-de-7-mil-mortos-desde-janeiro-afirma-primeira-ministra.ghtml>. Acesso em: 07/03/2025.

**ONU.** Conselho de Segurança ouviu testemunho de ex-criança-soldado sobre guerra na RD Congo: Resultados do último relatório sobre menores e conflitos armados foram apresentados na sessão; revelou "níveis extremos" de violência contra crianças em conflitos armados, com um número sem precedentes de assassinatos e mutilações. *Nações Unidas*. 2024. 1 p. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/06/1833796>. Acesso em: 19 set. 2024.

**ONU.** UNICEF relata graves consequências para crianças vítimas de violência na RD Congo. *Nações Unidas Brasil*. 2021. 1 p. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/133506->

[unicef-relata-graves-consequ%C3%Aancias-para-crian%C3%A7as-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%A2ncia-na-rd-congo](#). Acesso em: 19 set. 2024.

**PEREIRA, L.; AGUILAR, S. L. C.** CONGO - A ATUAL DINÂMICA DO CONFLITO E A RENDIÇÃO DO M23. Disponível

em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/n02-congo---a-atual-----dinamica-do-conflito-e-a-rendicao-d-o-m23.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

**PTEDITOR.** A crise esquecida do República Democrática do Congo. Disponível

em: <https://unric.org/pt/a-crise-esquecida-do-republica-democratica-do-congo/>.

**RD DO CONGO: CICV reúne 152 ex-crianças-soldados com as suas famílias.** *Comitê Internacional da Cruz Vermelha.* 2015. 1 p. Disponível

em: <https://www.icrc.org/pt/content/republica-democratica-do-congo-cicv-reune-152-ex-criancas-soldados-com-suas-familias>. Acesso em: 19 set. 2024.

**RELIEFWEB.** Conflict in the DR Congo: What's Happening & How to Help. Disponível

em: <https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/conflict-dr-congo-whats-happening-how-help>. Acesso em: 05/03/2025.

**REVISTA ADF.** A saída gradual da MONUSCO representa risco para civis da RDC e forças restantes. Disponível em: <https://adf-magazine.com/2024/01/monuscos-gradual-departure-poses-risk-to-drc-civilians-remaining-forces/>.

Acesso em: 26 nov. 2024.

**RLB EA/UNB.** A dissertação sobre o conflito na República Democrática do Congo.

Disponível

em: [http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/48390/1/BiancaIsabelMartinsDoLagoRamos DISSERT.pdf](http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/48390/1/BiancaIsabelMartinsDoLagoRamos%20DISSERT.pdf). Acesso em: 07/03/2025.

**SCOLESE, Anna; ASGHAR, Khudejha.** Disability status and violence against women in the home in North Kivu, Democratic Republic of Congo. *Taylor e Francis.* 2020. 998 p.

Disponível em: [www.tandfonline-](http://www.tandfonline.com)

[com.ez128.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/17441692.2020.1741661?scroll=top&needAccess=true#abstract](http://www.tandfonline.com). Acesso em: 3 out. 2024.

**SEMATUMBA, Onesphore.** Democratic Republic of Congo. *International Crisis Group*. 1 p. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/great-lakes/democratic-republic-congo>. Acesso em: 19 set. 2024.

**THE EDITORS OF ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA.** Belgian Congo. *Britannica*. 2024. 1 p. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Belgian-Congo>. Acesso em: 3 out. 2024.

**THE EDITORS OF ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA.** Congo Free State. *Britannica*. 2024. 1 p. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Congo-Free-State>. Acesso em: 3 out. 2024.

**THE GUARDIAN.** The Guardian view on conflict in the Democratic Republic of the Congo: a disaster with many makers | Editorial. Disponível em: <https://www.theguardian.com>. Acesso em: 05/03/2025.

**UN.** Functions and powers of the General Assembly. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/about/background.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2024.

**UNHCR.** CONGO - Reluctant Recruits: Children and Adults Forcibly Recruited For Military Service in North Kivu. *UNHCR*. 2001. Disponível em: [https://www.refworld.org/reference/countryrep/hrw/2001/en/31501#P275\\_37521:~:text=29-.Human%20Rights%20Watch%20interview%2C%20Goma%2C%20December%207%2C%202000.,-30%20Human%20Rights](https://www.refworld.org/reference/countryrep/hrw/2001/en/31501#P275_37521:~:text=29-.Human%20Rights%20Watch%20interview%2C%20Goma%2C%20December%207%2C%202000.,-30%20Human%20Rights). Acesso em: 28 out. 2024.

**UNHCR.** DR Congo emergency. Disponível em: <https://www.unhcr.org/emergencies/dr-congo-emergency>. Acesso em: 27 out. 2024.

**UNHCR.** UNHCR warns of mounting violence against women and girls in eastern DRC. 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/briefing-notes/unhcr-warns-mounting-violence-against-women-and-girls-eastern-drc>. Acesso em: 22 out. 2024.

**UNITED NATIONS.** Chairperson's Summary of High-Level Meeting on Eastern Democratic Republic of the Congo, at United Nations Headquarters, New York, 27

September 2012 | Meetings Coverage and Press Releases. Disponível em: <https://press.un.org/en/2012/sg2188.doc.htm>. Acesso em: 31 out. 2024.

**UNITED NATIONS.** Conselho de Segurança aprova redução gradual de missão de paz na RD Congo. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/12/1825152>. Acesso em: 31 out. 2024.

**UNITED NATIONS.** Press Statement on the Democratic Republic of the Congo. *Nova Iorque*, 2025. Disponível em: <https://press.un.org/en/2025/sc15982.doc.htm>. Acesso em: 17 mar. 2025.

**UNITED NATIONS.** Rápida expansão do M23 na RD Congo preocupa líder da missão da ONU. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/07/1834211>. Acesso em: 31 out. 2024.

**UNITED NATIONS.** Security Council Press Statement on the Democratic Republic of the Congo. Disponível em: <https://press.un.org/en/2023/sc15538.doc.htm>. Acesso em: [inserir data de acesso].

**UNITED NATIONS.** UN News: Press Release on the Democratic Republic of the Congo. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/02/1844616>. Acesso em: 05/03/2025.

**UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE.** Elections in the DRC. Disponível em: <https://www.usip.org/sites/default/files/sr200.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

**VIJAY, Proshad.** A guerra na República Democrática do Congo chegará ao fim. *Brasil de Fato*, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/08/a-guerra-na-republica-democratica-do-congo-chegara-ao-fim>. Acesso em: 30 out. 2024.

**WIESE, Bernd; PAYANZO, Ntsomo.** Democratic Republic of the Congo. *Britannica*. 2024. 1 p. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Democratic-Republic-of-the-Congo>. Acesso em: 3 out. 2024.

**WORLD BANK.** Democratic Republic of Congo Overview: Development news, research, data. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/drc/overview>. Acesso em: 14/03/2025.

## ANEXO

### O conselho de Segurança da ONU (CSNU)

#### 1. O que é

O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) é um dos seis principais órgãos das Nações Unidas, responsável pela manutenção da paz e segurança internacional, o braço executivo da ONU. Diferentemente de outros comitês das Nações Unidas, o CSNU não tem caráter recomendatório, ou seja, as decisões acatadas pelos países dentro do comitê têm caráter obrigatório para aqueles que as acataram.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é composto por 15 membros, sendo 10 rotativos e 5 permanentes, os cinco membros permanentes, conhecidos como P5 -“pee five”- (Estados Unidos, China, França, Reino Unido e Rússia), além de ter seus assentos garantidos e imutáveis desde a fundação do comitê, em janeiro de 1946, possuem o direito ao veto, uma característica que garante a esses Estados o poder de bloquear qualquer decisão que esteja sendo discutida dentro do comitê, ou seja, se apenas um dos P5 vetar uma medida do conselho, ela não será aprovada.

Os membros rotativos possuem mandatos de dois anos e são eleitos através de outro órgão da ONU, a Assembleia Geral. Tais membros, apesar de não terem direito ao veto, possuem voz e direito ao voto dentro dos encontros do Conselho, na PUCMUN Ensino Médio 2025, eles são: Argélia, Dinamarca, Grécia, Guiana, Paquistão, Panamá, República da Coreia, Serra Leoa, Eslovênia, Somália . Mas, é importante ressaltar que apesar de serem escolhidos em assembleia geral, existem algumas regras que guiam tal escolha. No fim de cada ano, cinco novos membros são escolhidos, sendo obrigatório que os novos países escolhidos sejam um de cada um dos cinco conjuntos regionais determinados pelo Conselho de Segurança (África, Ásia-Pacífico, Europa Ocidental, América Latina e Caribe e Europa Oriental), isso se dá por uma busca pela maior representação de diferentes grupos dentro do comitê.

#### 2. Como funciona

O Conselho de Segurança, em sua busca pela manutenção da paz, tem o poder de intervir em conflitos e mediar situações de disputa, para isso existem medidas que o Conselho pode adotar, como sanções econômicas e intervenções militares, além de também promover missões de paz, embargo de armas e a indicação de réus para o órgão judiciário da ONU, a

Corte Internacional de justiça (CIJ). As intervenções militares e missões de paz, mundialmente conhecidas pelos soldados “capacetes azuis” são vistas como uma maneira mais eficaz de diminuir o sofrimento humano, os custos económicos dos conflitos e suas consequências e evitar ao todo os conflitos. Tais missões, são decididas e decretadas pelo Conselho de Segurança e as tropas presentes nelas são cedidas pelos Estados-membros, porém, a administração não é feita pelo Conselho de Segurança e sim pelo Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas.

Já as Sanções, são medidas utilizadas como uma alternativa não coercitiva para a resolução de guerras. Elas buscam pressionar os agentes a mudarem sua postura diante a uma situação, no caso do CSNU elas são utilizadas de maneira econômica ou comercial, consistindo em um bloqueio de parte ou de todas atividades comerciais de um país, no caso do embargo de armas, ele obriga que todos os países presentes na ONU parem de comercializar armamentos, ou seja, bloqueia a entrada de armas em determinado território.

Um exemplo de sanção imposta pelo Conselho de Segurança é o caso ocorrido nos anos 2000, onde em vista a guerra entre Etiópia e Eritreia o Conselho de Segurança aprovou, pela resolução 1298, o embargo de armas contra os dois países.